

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e vinte e um.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Multiúso da Casa da Obra Dona Josefina da Fonseca em Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Peço-vos para que tomem os vossos lugares. Vamos iniciar a Sessão da Assembleia Municipal.

Espero que tudo tenha corrido bem convosco e com as vossas famílias neste contexto pandémico que nunca mais se endireita. Umaz vezes melhora, outras vezes piora. Que tenhamos a capacidade de nos irmos adequando e tratando das nossas vidas mesmo neste enquadramento incerto.

Hoje, temos, como sabem, a questão da prestação de contas. Temos uma agenda relativamente densa. Sem prejuízo do debate vamos procurar rentabilizar o tempo da melhor forma possível.

Nesse contexto peço, desde já, ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes que faça a chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente a Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa que apresentou a respetiva justificação.

Igualmente, a Sra. Deputada Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Eng.<sup>o</sup> Rui Daniel Dias Fernandes.

O Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, não está presente e foi substituído pela Tesoureira da Junta de Freguesia, Sra. Ana Margarida Guilherme Lopes.

O Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng.º José Carlos Marques da Silva, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, da proposta de realização de despesa plurianual no âmbito do acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes, e da proposta de minuta de acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes e Financiamento do Serviço Intermunicipal e Inter-regional.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de repartição de encargos plurianuais, no âmbito do Contrato de Aquisição de Serviços de Confeção, Fornecimento e Transporte de Refeições (almoços) para os diversos estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1.º CEB do Concelho de Oliveira do Hospital, durante o ano letivo de 2021-2022.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 254.816,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e dezasseis euros) para investimento às Freguesias do Município e do modelo de Protocolo de Execução, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2020.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2020.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro que está aberta a Sessão.

Passávamos agora à aprovação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezoito de dezembro de dois mil e vinte.

Há alguma objeção relativamente à ata?”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Apenas uma pequena correcção na minha intervenção na ata da Sessão da Assembleia Municipal de dezoito de dezembro de dois mil e vinte: Onde está escrito, aquisição de valores, é para colocar, aquisição de ventiladores.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezoito de dezembro de dois mil e vinte, foi aprovada por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Queria informá-los do seguinte: Ainda não apresentámos para aprovação a ata de fevereiro porque, como se recordam, durante a Sessão houve muitas falhas na internet e não foram gravadas algumas intervenções. A Esmeralda está com algumas dificuldades para redigir o essencial de várias intervenções e ainda não conseguiu elaborar a totalidade do documento.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia mas antes de efetuar as inscrições para as intervenções quero pôr à consideração da Assembleia Municipal o seguinte: O Deputado João Brito do grupo municipal do PSD apresentou à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta.

Peço ao Primeiro Secretário da Mesa para ler. E depois seria o momento de nos pronunciarmos sobre ela.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a leitura da proposta Deputado João Brito do grupo municipal do PSD:

*“Proposta - O PSD propõe a realização de uma parceria entre os vários agentes de saúde: farmácias, laboratórios de análise clínicas, clínicas de saúde, entre outros interessados e com condições para tal ato, no sentido de disponibilizar testes rápidos (testes de antigénio) a toda a população de Oliveira do Hospital, a um custo reduzido.*

*O objetivo é que todo e qualquer Oliveirense que tenha necessidade de realizar um teste à SARS- CoV2, o possa realizar o mais rápido possível e a baixo custo, sendo este custo cerca de 1/3 pago pelo munícipe e 2/3 pagos pelo município, pois só através da testagem massiva podemos reduzir a incidência dos casos de transmissão de Covid-19.”*

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Tendendo a que esta proposta implica a assunção de custos por parte do Município eu passaria a proposta para análise ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Mas também para nos localizarmos e até porque temos aqui pessoas da área da saúde que nos podiam esclarecer. Eu, por exemplo, não sei, exactamente, os custos que são praticados.

Os Membros da Assembleia mais informados até poderão dar esclarecimentos. Se calhar tem que ser feita uma avaliação dos custos.

Temos, aqui, dois médicos e um enfermeiro, que são pessoas mais ligadas a estas matérias, que nos podiam esclarecer.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos custos para uma testagem massiva eu também não estou a par dos custos.

O Sistema Nacional de Saúde comporta as credenciais emitidas pelos médicos de família mas só passam credenciais perante determinados sintomas que justifiquem fazer teste antigénio no Centro de Testagem que se situa no recinto da feira.

No Centro de Saúde também temos testes rápidos e se houver necessidade também podemos fazer.

As farmácias também têm e vendem testes rápidos.

Sei que a Fundação Aurélio Amaro Dinis também faz testes rápidos. Acho que o custo é de cerca de trinta euros, ouvi falar.

Fazer uma testagem massiva penso que será altamente dispendioso. Mas eu não posso quantificar.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Ana Marta Mendes Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação aos testes rápidos que fazem na Fundação Aurélio Amaro Dinis, o custo é de cerca de trinta euros.

Depois vendem testes na farmácia mas, a fiabilidade é muito baixa, porque muitas vezes a pessoa não faz o teste adequadamente, e, portanto, penso que também não será uma solução.

O teste PCR custa cerca de cem euros, não participado. É, de facto, bastante dispendioso.

Quando é que os médicos de família passam testes? Ou a pessoas que realmente têm sintomas sugestivos ou para rastreio de contactos. Não passam testes a quem os quer fazer por outros motivos.

Não sei se a testagem massiva não será um custo, de facto, muito grande e não sei em que circunstâncias é que o iriam aplicar. Se forem nas circunstâncias em que a norma prevê, como por exemplo, casamentos e eventos com mais de dez pessoas, há necessidade, realmente, de fazer testagem.

Agora, testar, assim, sem critério nenhum, sem ser dentro dos quadros enquadráveis na norma não me parece adequado.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Todos nós já percebemos que há várias cidades no País a fazer este tipo de testagem.

Pelo que percebi, não sendo eu grande conhecedor da matéria de saúde e havendo, aqui, pessoas mais conhecedoras, vou, então passar a dizer o que é que eu acho:

Um teste rápido, na farmácia, custa cinco euros mas, como disse já aqui alguém, eu não sei fazer o teste rápido e, por isso, posso fazê-lo de forma errada e, mesmo estando positivo, ter um resultado negativo.

Ou seja, aqui o meu intuito era, esses cinco euros, que custa, salvo erro, um testes rápido, era a Câmara poder pagar esse teste e, depois, haver um sítio onde haja profissionais de saúde onde pudéssemos fazer os testes correctamente.

Portanto, no seguimento daquilo que já fazem outras cidades, não deve ficar muito caro! Uma cidade como Lisboa, estar a gastar trinta euros por cada pessoa, e nós vemos que são milhares de pessoas por dia a fazer testes, não seria comportável por qualquer cidade!

Portanto, o sentido que eu dei a essa proposta é realmente podermos ter acesso a um teste cada pessoa por cerca de três euros e o Município pagar os cinco euros do teste. Isto teria que ser feito em parceria com instituições ligadas à saúde, ou seja, onde estivessem enfermeiros, pessoal de saúde que soubesse realmente fazer o teste, para que o teste pudesse ser feito.

O que eu deixava, então, à consideração é, posteriormente, já que o Sr. Presidente e o Executivo não têm condições para nos dar uma resposta hoje, é que se inteirem dos preços e depois nos diga realmente qual é a conclusão que tira. E, depois, então, se acharem que realmente não é um custo que não é significativo para o Município e que é maior o benefício do que o custo, sabendo que felizmente, hoje, estamos bem, mas, daqui a uma semana, não sabemos como é que vamos estar porque sabemos que esta doença é especial, e, hoje, não temos casos, e amanhã podemos ter cinquenta casos.

Portanto, era neste sentido de nos precavermos para uma quarta vaga que já chegou a algumas cidades e que eu temo que chegue à nossa.

É claro que pelos trinta euros, ou pelos cinquenta euros, ou pelos cem euros, é impossível a Câmara assumir este custo. Isso, eu percebo.

O intuito era a pensar nos testes de cinco euros e, pensando, depois, numa parceria, quer com a Fundação Aurélio Amaro Dinis, quer com as farmácias, quer com outras instituições que têm essa capacidade de o fazer.

Portanto, acordar com um custo fixo por cada teste, sendo paga uma parte pelo Município, outra parte pelo Município, e, como eu sou contra as gratuitidades, era precisamente o custo de 1/3 para as pessoas não fazerem testes só porque lhes apetecia, ou seja, fizessem testes quando realmente tiveram um comportamento menos correto ou que estiveram junto de pessoas que houve suspeita que algum teve, para que o que, mais rápido possível, as pessoas pudessem fazer este teste e que não o fizessem só porque lhes apetecia porque, aí, estávamos a gastar dinheiro indevidamente e, havendo um custo, também para quem o faz, a pessoa só vai fazer se realmente tiver alguma suspeita.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Como já disse, eu não estou a par destas questões mas, ontem, quando vinha para Oliveira do Hospital, ouvi no rádio, aquilo que muitos de vocês devem ter ouvido, a propósito do Certificado Digital. Foi dito que o Certificado Digital pode ser emitido com um teste rápido negativo que não é realizado pelo próprio, precisamente porque o próprio pode não o fazer bem, e pode deliberadamente não o querer fazer bem.

Portanto, o teste tem que ser feito por alguém credenciado que dá garantias de fazer bem todos os procedimentos e de não permitir também a adulteração dos resultados.

Penso que a sugestão que o Deputado João Brito fez é sensata mas, de qualquer das formas, a propósito do tema, embora eu tenha essencialmente solicitado a participação das pessoas com apetências profissionais nesta área mas, o Deputado Carlos Inácio, que também está ligado a estas questões do trabalho, também pediu, e já tenho mais pedidos, antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que também vai ter que dizer o que pensa.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“O que saiu recentemente para as zonas de risco e concretamente para Lisboa foram dois tipos de testes. Utilizando as palavras da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, foi o teste antigénio e o teste sorológico. Um com quarenta e oito horas de antecedência e o outro com setenta e duas horas de antecedência. Se tivermos testes negativos podemos ter um Certificado de Circulação. Não tem a ver com os testes rápidos. Os testes rápidos não são válidos, servem unicamente para despistar. Depois, há o Certificado Digital, que também já foi referido, que é para quem tiver as duas doses da vacina dentro do prazo útil das vacinas.

Em relação a isto quero dizer duas coisas: Devemos consultar os profissionais de saúde, ou seja, precisamos de ter mais informação clínica para determinar se devemos avançar com isto; Não entrar em alarmismos.

Estamos a entrar em alarmismos e o próprio Presidente da República tem evitado isso e tem pedido para evitarmos os alarmismos.

Já estamos a dizer que vamos para a quarta vaga, isto já está a ficar tudo em estado de sítio, está tudo a ficar complicado e não é verdade!

O que é verdade, é que muitos de nós não temos os devidos cuidados, não usamos a máscara, abusamos, etc. Esse é que é o grande problema! Alarmar, também não tem interesse!

Naturalmente que temos que nos precaver e temos uma instituição que faz testes fidedignos e que nos despista as situações de infeção com Covid-19 que é a Fundação Aurélio Amaro Dinis e isso é um caminho.

Acho que as autoridades de saúde locais, os médicos e enfermeiros devem ter uma opinião balizada sobre isto e, depois, avançamos, ou não.

Esta é a minha opinião. E nada de alarmismo, porque é a pior coisa que podemos fazer.

Neste momento, felizmente, temos os casos de internamento nos cuidados intensivos controlados e, naturalmente que uma morte nos fere o coração mas o número de mortes é muito reduzido. Isto é o que temos de pensar e não é alarmar.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta, como já aqui foi demonstrado, é um bocado genérica e um bocado vaga. Precisa de ser amadurecida, precisa de ser bem analisada, bem ponderada. Já foram, aqui, focadas várias questões e, há uma, penso eu, que

poderá ser um contributo, ou não, logo se verá, porque também não é propriamente explícita. Por exemplo, quando se diz, estarmos a testar a população, mas que população?

Bom, nós sabemos que o Concelho de Oliveira do Hospital em termos daquilo que são considerados adultos, de dezoito anos para cima, tem uma população de cerca de dezoito mil pessoas, depois, obviamente, temos pessoas mais novas. O número da população no Concelho de Oliveira do Hospital, por ventura, poderá dar, grosso modo, há volta de vinte e uma mil pessoas.

Quem é que vamos testar? Que quantidade é que vamos testar?

Até, por outro motivo, nós não temos, por exemplo, não sei se alguém terá esses dados atualizados ao momento, ao dia de hoje. Por exemplo, que percentagem de população em Oliveira do Hospital, já tomou as duas doses da vacina? Então, esses também vão ser testados?

Bom, são questões pertinentes e, obviamente que têm que ser ponderadas porque não temos a noção, e acho que ninguém nesta sala tem noção, de que universo de pessoas estamos a falar perante esta proposta.

Portanto, tudo isto deve ser equacionado, bem analisado, amadurecido, para sabermos, exatamente, do que é que estamos a falar e de que custos. Essa é a questão.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos organizar-nos porque o assunto é de extremo interesse e merece ser discutido mas, aqui, pelas implicações que o assunto tem e também pela especificidade do tipo de testes, não vamos chegar a conclusões.

Findas as próximas quatro intervenções acabou a discussão deste tema, aqui, na Assembleia Municipal, senão, não saímos daqui tão cedo. E peço que sejam breves.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Não venho falar da questão de saúde, venho falar na questão política que levanta esta proposta, pura e simplesmente!

Primeira questão - Não entendo porque é que esta proposta foi entregue para ser discutida à Mesa da Assembleia Municipal, antes de iniciarmos o Período de Antes da Ordem do Dia.

Acho que faria sentido, eventualmente, que alguém o fizesse no âmbito do Período de Antes da Ordem do Dia. Seria normal qualquer Deputado apresentar uma proposta quando vem falar no Período de Antes da Ordem do Dia: Faz a proposta e apresenta a proposta à Mesa da Assembleia Municipal. Parece-me que seria esse o procedimento. Aliás, tem sido o procedimento que tem sido adotado, por todos, nestes últimos quatro anos de mandato.

Percebeu-se que havia uma ansiedade para apresentar a proposta e que ela fosse lida. Essa ansiedade demonstra-se a diversos níveis:

Primeira questão - Uma proposta destas tem, obviamente, e antes de mais nada, de ser contextualizada. Eu não vi nenhum tipo de contextualização naquela proposta. Não vi quais foram os riscos acrescidos que, eventualmente, o nosso Município possa ter. Não vi quais são os números de casos positivos que, eventualmente, o Município neste momento possa ter. Não vi, sequer, uma pequena referência aos custos que isto, eventualmente, pudesse implicar, quer do ponto de vista global e total, quer do ponto de vista da participação do Município.

E, depois, com a explicação que o Sr. Deputado João Brito, aqui, nos trouxe percebe-se que a proposta dele não tem nada a ver com aquilo que ali foi dito. Porque na proposta não é dito se estamos a falar de testes antigénio, sorológicos ou PCR. Não se percebe nada!

O que é que esta proposta pretende, caríssimos amigos?

É muito fácil! Pretende cavalgar a onda do Covid-19 do ponto de vista político, provocar, aqui, uma discussão e que venha, aqui, alguém, por exemplo, como eu, tomar esta posição política e dizer claramente: Esta proposta, na forma e nos termos em que nos foi apresentada e fundamentada, não tem qualquer tipo de razão de ser.

Para que, depois, lá fora, se vá dizer que os tipos do PS são uns malandros que nem sequer querem discutir a possibilidade do Município participar testes à população. É isso que está aqui em discussão.

Portanto, é uma proposta que neste momento e na forma como foi apresentada, na forma como foi fundamentada, na forma como não foi contextualizada, não faz qualquer tipo de sentido e, do meu ponto de vista, aquilo que deveria ser feito pelo proponente era retirá-la, reformulá-la de acordo com as regras normais de uma proposta apresentada numa Assembleia Municipal e, depois, sim, apresentá-la para discussão.

Neste momento, não faz sentido nenhum.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Deputado Rui Monteiro exprimiu a sua opinião e levantou uma série de aspectos que considero pertinentes mas, o Deputado João Brito quando interveio, já tinha manifestado alguma abertura e também já percebeu, pela natureza da matéria, que não há condições para se tomarem decisões, aqui.

Por isso, o debate, de per si, embora nós tenhamos uma agenda carregada, não é mau, e eu acho que é legítimo também como iniciativa política. É uma iniciativa política porque o que estamos aqui a fazer, basicamente, é política.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“O Deputado Rui Monteiro veio dizer, aqui, algumas coisas que, de facto, no contexto político têm que ser tidas em conta.

Admito que tenha sido a importância do assunto que fez a Mesa da Assembleia Municipal optar por este expediente, e vou tomar o fundo da proposta como boa e como de boa-fé.

Acho que a proposta como está é muito vaga numa coisa e é muito concreta em outras, ou seja, é muito vaga quanto aos critérios, à forma de fazer e, depois, muito concreta quanto àquilo que o Município vai ter de financiar. E eu espero pela intervenção da Câmara Municipal para ficar mais esclarecido quanto a alguns aspectos.

Quero só dar nota de algumas coisas que, para mim, foram um pouco confusas: O Deputado Rui Monteiro disse que, de facto, na proposta não se entende que tipo de teste seria feito mas, depois, o Deputado João Brito veio dizer que seria o teste da farmácia, o que limita muito o objecto do qual estamos a falar.

Os testes da farmácia, no fundo, são os autotestes. Os autotestes são aqueles que estão inseridos numa estratégia preventiva da pandemia e é, por isso, que não faz muito sentido que, depois, o Deputado João Brito venha, aqui, falar numa situação em que a pessoa podia fazer o teste e que é, por exemplo, a situação onde teve um contacto com alguém infetado.

Ora bem, nesse caso, já não é uma matéria de teste preventivo. É uma matéria para ligar à Saúde 24 e seguiu as indicações e que, normalmente, até será fazer um teste PCR.

Como o autoteste é um pilar de uma estratégia preventiva de combate à Covid-19, tem que haver uma estratégia para o Município e, nessa medida, é muito difícil provar-se alguma coisa que não tenha critérios definidos.

Com que periodicidade é que as pessoas se podem testar?

Por exemplo, quando Lisboa começou com essa estratégia as pessoas só se podiam testar duas vezes no mês.

Vejamos: A três euros cada teste, mil testes são três mil euros e, se formos somando, facilmente chegamos a quantias muito elevadas.

Tem que haver critérios! E, de facto, não somos nós, aqui, de repente que os conseguimos acertar.

Por isso, espero pela intervenção da Câmara Municipal. E, para falarmos de uma coisa tão importante, temos que ser muito, muito, racionais, porque, de facto, temos que ter uma estratégia de saúde pública mas, não a podemos ter, só porque pode dar um bom momento político.

Espero que tenhamos serenidade para olhar para um assunto destes com bastante cautela e espero pela intervenção da Câmara Municipal.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Não estou aqui para tentar responder a questões que foram levantadas, quer pelo Sr. Eng.º Carlos Inácio, quer pelo Sr. Eng.º Carlos Maia, mas, como Profissional de Saúde, tenho obrigação de dizer o seguinte:

Relativamente à vacinação no Concelho não lhe vou dizer valores porque não é a mim que me compete. Estou dentro deles, mais, ou menos. Sei os dados de 2 de junho e são bastante altos.

Relativamente à questão, quem é que deve ser testado?

Sou Profissional de Saúde, como sabem, trabalho no SUB - Serviço de Urgência Básico de Arganil e, fez no domingo oito dias, testei uma Senhora que é funcionário de um Lar em Beja, que foi vacinada com a segunda dose da vacina da Pfizer em janeiro. Ela fez três, ou quatro, autotestes da farmácia e ficou na dúvida e foi ao SUB de Arganil. Apesar de ter a segunda dose da vacina feita em janeiro estava positiva. Não estou a dizer isto para alarmar mas, na verdade, isto existe.

Quem é que deve ser testado? Todas as pessoas têm que ser testadas. Vacinadas e não vacinadas. E não estou a querer alarmar.

Estive numa reunião, na passada segunda-feira, por causa das questões da Praia Fluvial de Avô e alertei neste sentido: No ano passado, as Praias Fluviais

foram tranquilas, porque estávamos numa fase muito boa. Estivemos três meses sem nenhum doente Covid-19. Neste momento, na Freguesia de Avô, temos alguns casos de Covid-19 em Municípes que têm a primeira dose da vacina.

Não estou a querer alarmar mas, isto, é a realidade dos factos.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Não vamos transformar a nossa Assembleia na discussão de uma matéria que obviamente é complexa. Todos nós sabemos, porque é divulgado, que há pessoas já vacinadas, como é o meu caso, que podem aparecer com sintomas, porque, em princípio, se eu não tenho sintomas, eu não tenho que me andar a testar. Pelo menos, foi essa a indicação que me foi dada. Se está vacinada com as duas doses mas aparece com aqueles sintomas, evidentemente faz um teste para comprovar, porque há casos de pessoas vacinadas que podem apanhar o vírus com menos violência mas podem apanhar o vírus.

Nós não vamos estar aqui a discutir, isso, agora, porque não é a nossa competência entrar nesse tipo de detalhe.

Parece-me que o assunto foi levantado, vai ter que ser analisado. Obviamente que foi uma proposta, é um contributo de natureza política sobre um assunto de grande importância e também não há problema nenhum em chamarmos as coisas pelo nome.

A seguir a esta última intervenção passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e não há cá mais bate boca e fecha-se o ponto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Todas as propostas que venham sempre num contexto de prevenção, independentemente de terem conteúdo político, penso que são sempre positivas e, neste caso, nunca será demais porque todos nós nos venhamos a convencer que isto ainda não acabou, para mim, ainda mal começou.

Queria aqui deixar a minha opinião e sugestão antes de chegarmos conforme o João propôs, este processo de possível, ou não, disponibilidade, independentemente de custos que não vou estar aqui a discutir, em termos da vacinação, porque não, até porque vem aí uma época balnear, vão haver as aberturas das praias fluviais, com elas a abertura de outros espaços abertos ao

público principalmente em termos de restauração assim como os que já, por exemplo, no caso aqui da cidade já existentes, explanadas e outros, assim como, também, agora, a reabertura de outros espaços públicos, quer espaços verdes, quer espaços de prática desportiva e outros equivalentes que envolverão logicamente outro tipo de partilha, neste caso, de maior proximidade.

Daí, porque não, e é também uma sugestão que eu deixo, porque há um défice sempre na nossa sociedade, necessitamos de viver de alarmismos para reagirmos mas, depois, também facilmente esquecemos do que sofremos e voltamos à normalidade. Esse, sim, é que é o problema mais concreto da nossa sociedade.

Deixar uma sugestão: Porque não o próprio Município levar uma ação de sensibilização, penso que isso, antes das vacinas mesmo que implicassem custos, ou não. Uma ação de sensibilização a fim de responsabilizar, quer proprietários e neste caso também o próprio Município, e sei que o Município está preocupado com isso porque já o mostrou agora com a reabertura das piscinas mas também, quer nas praias fluviais e quer os próprios particulares numa ação de sensibilização porque, quer queiramos, quer não, e é aqui que eu quero chegar, Oliveira do Hospital não é um Concelho fechado, por isso, era impossível, e daí eu já nem vou falar em custos, estarmos a direccionar vacinação só para o Concelho quando, ainda mais nesta época de três meses que aí vem, vamos ter cá em Oliveira residentes e não residentes. Aliás, vamos ter alguns, que já aconteceu esta semana, a fugirem da área metropolitana de Lisboa para se salvaguardarem em termos de fugirem ao próprio Covid-19.

Daí que eu mais do que tudo e penso que era mais importante neste momento uma ação de sensibilização bem reforçada. E, mais, ação de sensibilização para responsabilizar proprietários e, aí, penso que o Município até ficaria salvaguardado para que se num futuro agora imediato aumentassem os casos, os próprios proprietários tenham consciência, se esses espaços puderem voltar a ser fechados que também é por culpa deles, porque isto, mais do que tudo, tem a ver com a nossa educação cívica e social também, logicamente,

Por isso, não é apontar dedos para um lado, ou para o outro, porque é o tal défice, que eu disse há uns segundos atrás. É uma questão de educação cívica e social que vai carecendo, e continua a carecer, na nossa sociedade em que é só o apontar o dedo. Cada vez há menos tolerância e a culpa é sempre dos outros. Não!

A culpa, aqui, é de todos nós, quer de quem nos lidera, quer de nós enquanto cidadãos comuns, quer também de toda a envolvência porque todos somos cúmplices uns dos outros.

Sr. Presidente, deixar esta sugestão: Penso que era importante uma ação de sensibilização dimensionada principalmente onde vai haver agora esta maiores enchentes, e o Presidente da Junta de Freguesia de Avô, José Carlos, o Presidente da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Rui Coelho, O Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano, o Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco, Sr. Agostinho e, neste caso, pegando também no ponto mais forte da cidade, nas esplanadas, que cada vez são maiores, trabalhar com estes Presidentes de Junta. Neste trabalho, temos que ir ao terreno, temos que ir sensibilizar as pessoas a fim de as responsabilizar. Isto é importante que se diga.

Responsabilizar as pessoas para estarmos todos salvaguardados porque não é por estarmos vacinados que não apanhamos Covid. Ainda agora o Presidente da Junta de Freguesia de Avô, José Carlos nos deu esse exemplo.

Por isso, nós não sabemos o futuro desta doença, desta virose, e acredito que ainda estamos no princípio, volvido um ano e meio, mas estamos ainda no princípio de algo que não tem fim, pelo menos, à vista, neste momento.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, gostávamos de o ouvir. Naturalmente que não tem que ter necessariamente uma opinião feita, atendendo há natureza da proposta, mas partilhe connosco o que pensa sobre este assunto.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Deixem-me dizer o seguinte: Tinha sido interessante perguntar o que é que este Executivo tem feito em relação aos testes. Nós poderíamos já esclarecer algumas coisas porque a nossa grande preocupação não é hoje, quando temos nove casos positivos, foi quando chegámos a mais de cem casos. Também recentemente tínhamos zero casos e agora temos nove.

Quero dizer que a Câmara Municipal tem financiado alguns testes, sobretudo daqueles que apresentam mais riscos, e não tendo aqui os números

precisos, acredito que andará entre os sete mil e quinhentos euros e os dez mil euros.

Não vejo problema em equacionarmos esta proposta. É preciso articulá-la, como disse a Dra. Marta, e bem. É preciso também perceber alguns critérios.

Também poderia contar o seguinte: A Câmara Municipal até comprou alguns testes para testar os seus trabalhadores, sobretudo da área da educação, até porque a Câmara Municipal tem que dar o exemplo. A Câmara comprou cento e cinquenta testes de saliva que, parece-me, não têm servido para grande coisa devido à sua fiabilidade e deixámos de os aplicar.

Acho que a Câmara Municipal deve analisar esta proposta. Na minha opinião, não vejo problema em ser aprovada. A Câmara Municipal, depois, terá que ver quais são os critérios para que isto seja possível.

Quero dizer-vos o seguinte: Esta semana fui alertado por um conjunto de Municípios que o nosso Centro de Vacinação não estava a dar resposta e que estavam a inscrever-se em Nelas, em Seia e em Tábua.

Entretanto, falei com o Coordenador do Centro de Vacinação e ele explicou-me que estavam a receber poucas vacinas e que já tinha feito uma reclamação mas não lhe tinham resolvido o problema.

Atenção, o nosso Centro de Vacinação tem funcionado bem, pode é não ter a disponibilidade de vacinas, e que era o que acontecia. Atenção, não estou a pôr em causa o funcionamento do Centro de Vacinação. Até quero dar os parabéns pelo trabalho que está a ser realizado.

Dizer-vos ainda, e não é para me darem uma medalha, mas resolvi o problema em vinte e quatro horas. Ontem recebi um telefonema do Ministério da Saúde e disseram-me para ficar descansado porque vai haver um reforço de vacinas. Este problema da falta de vacinas está resolvido.

Gostaria de fazer, aqui, um pequeno balanço sobre a vacinação com dados de 3 de junho disponibilizados pelo ACES: *“No Concelho tinham sido administradas treze mil e setenta e quatro vacinas. Na primeira vacina tinham sido vacinados 37 %. Na segunda vacina tinham sido vacinados 22 %.*

*Pessoas com mais de 80 anos já com as duas doses - 72 %.*

*Dos 65 aos 79 anos na primeira dose - 78 %.”*

São números significativos.

Como já disse, nós temos pago os testes sempre que detetamos casos positivos nos lares e em famílias destruturadas.

E vocês reparem. Neste momento o número de casos positivos teve origem numa empresa de Seia. É um grupo de indianos que vivem em Meruge e que trabalham nessa empresa.

O Gabinete de Gestão Covid-19 tem acompanhado estes casos e tem havido uma grande preocupação.

Se pudermos melhorar algumas coisas com alguns critérios que sirvam sobretudo de combate, mas, a vacinação em massa, também não resolve o problema. O problema é o facilitismo de alguns negacionistas que agem como se não houvesse Covid.

Fico preocupado porque ontem o Sr. Secretário de Estado da Saúde dizia-me que há um número elevado de pessoas sem patologias, entre os 30 e os 40 anos, na Unidade de Cuidados Intensivos.

Outro problema é que começam a aparecer casos positivos com segundas infeções em lares em pessoas que estavam vacinadas. Esta é outra preocupação porque não há certeza se tem a ver com esta variante do Covid e ainda há muitas indefinições.

Por isso, faremos tudo o que pudermos para termos o menor número de casos e, até mesmo, fazer a campanha de sensibilização.

Sra. Presidente da Assembleia Municipal, se quiserem votar a proposta votam. Se acharem que é uma recomendação à Câmara Municipal, depois, a Câmara vai analisar e tentará melhorar algumas coisas dentro das nossas possibilidades financeiras mas teremos que ter critérios bem definidos porque não podemos deitar dinheiro para cima do problema e temos que criar algumas regras. Depois, vou pedir à Dra. Marta e ao Enfermeiro José Carlos se nos ajudam a colocar alguns critérios.

Relativamente aos números de Covid-19, dizer o seguinte: O Concelho de Oliveira do Hospital durante uma semana esteve com zero infeções. Depois, passámos para dois, depois, passámos para cinco e, no dia de hoje, passámos para nove.

Relativamente aos dados de ontem, temos uma incidência baixa a moderada. Temos 57 casos por 100.000 habitantes. Como vocês sabem, chegámos a ter 269 casos por 100.000 habitantes o que era um dramatismo enorme.

Há ainda algumas indefinições e as mutações do vírus trazem-nos uma preocupação excessiva e, por isso, vamos ter alguns cuidados.

Quando foi convocada a Sessão da Assembleia Municipal estávamos com zero casos, o risco era mínimo, e achamos que as Sessões presenciais são mais participadas e têm um debate político mais rico.

Acho que esta proposta ficava como recomendação se o Deputado João Brito não se importasse.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, muito obrigada pelos seus esclarecimentos.

Sr. Deputado João Brito, atendendo a tudo o que a foi dito, e eu estive a reler a sua proposta, quer reformular o texto e passar a ser uma recomendação ou pormenorizar alguns aspectos?

No fundo, do que eu percebi da conversa aqui havida, e também de algumas coisas que tenho ouvido, aqui, o importante é a realização do teste.

Está claro que a sua proposta se refere aos testes rápidos. Os tais testes rápidos que podem ser feitos pelo próprio ou que podem ser feitos por alguém mais técnico mas há, aqui, outro aspeto que também foi referido: Feitos os testes, realmente, não importa, só, que seja o próprio a saber. A comunidade deve saber.

Portanto, há a obrigação, na presença de um teste positivo, de ele ser notificado.

Eu diria que a redacção desta proposta está um bocado simplista a esse nível.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal também já manifestou abertura para ser feito um maior aprofundamento relativamente à forma como no Concelho são feitos estes testes rápidos.

Sr. Deputado João Brito, como a iniciativa é sua quer reformular alguma coisa?”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Sra. Presidente da Assembleia Municipal, a minha proposta já diz que é efetivamente um teste rápido.

É lógico que isto é uma recomendação à Câmara Municipal. Esta Assembleia Municipal não pode responsabilizar a Câmara Municipal por um

custo se aprovássemos aqui uma proposta que tivesse um custo completamente enviesado e que pusesse em causa as contas da Câmara Municipal, é claro que, mesmo assim, o Sr. Presidente não podia levar essa proposta a execução porque podia por em causa as contas da Câmara. Não é isso que se quer.

Aquilo que se quer é que o Município pense nesta possibilidade e no caso de ter um custo acessível, como o Sr. Presidente acabou de dizer, que não há problema porque até tem pago outros.

Se, realmente, se vier a confirmar que não é assim tão caro, que é benéfico, ver quais são as condições porque realmente uma pessoa não pode andar a fazer testes todos os dias. A pessoa terá direito a um teste de quinze em quinze dias e realmente quando ela acha que teve um comportamento menos assertivo.

Por isso, é que já imputava um custo também à pessoa, ao contrário daquilo que está a ser feito em outras cidades, precisamente para não termos pessoas a irem fazer testes todos os dias.

Depois, cabe ao Município ver estas regras. Ver se os custos são suportáveis pela Câmara Municipal e, no caso de não serem, está justificado.

Isto, é, apenas, uma proposta para o Executivo pensar. Não é uma proposta de obrigatoriedade para levar a cabo. É apenas uma proposta de recomendação ao Executivo.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos ler a proposta de recomendação e vamos pô-la à votação.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

*“Proposta de Recomendação - O PSD propõe a realização de uma parceria entre os vários agentes de saúde: farmácias, laboratórios de análise clínicas, clínicas de saúde, entre outros interessados e com condições para tal ato, no sentido de disponibilizar testes rápidos (testes de antigénio) a toda a população de Oliveira do Hospital, a um custo reduzido.*

*O objetivo é que todo e qualquer Oliveirense que tenha necessidade de realizar um teste à SARS- CoV2, o possa realizar o mais rápido possível e a baixo custo, sendo este custo cerca de 1/3 pago pelo munícipe e 2/3 pagos pelo*

*município, pois só através da testagem massiva podemos reduzir a incidência dos casos de transmissão de Covid-19.”*

Efetuada a votação, a Proposta de Recomendação foi aprovada por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O Deputado Rui Monteiro interveio a dizer que esta proposta poderia obviamente ter sido feita nas intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia.

Podia, sim, mas a Mesa da Assembleia Municipal também tem legitimidade para a ter incluído.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte declaração de voto:

“Para memória futura, porque até ao fim do mandato ainda temos algum tempo, quero aqui registar que votei favoravelmente por duas razões: Primeiro porque o Deputado João Brito veio, aqui, esclarecer que a proposta ia no sentido daquilo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal veio também, aqui, dizer que ela devia ser entendida. Ou seja, a Câmara Municipal deve fixar os critérios, os termos em que os testes são feitos e inclusive o limite orçamental. E, nessa medida, espero, e espero, mesmo, que o PSD, numa oportunidade futura, não diga, que a implementação desta medida ficou aquém daquilo que pretende, sendo certo que ninguém sabe muito bem o que é que pretende.”

Depois, foram efectuadas as inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e de seguida foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui dois assuntos: Um é mais para, de certa forma, sensibilizar e também para justificar e um outro assunto para alertar.

O primeiro assunto, que para mim é o mais relevante, tem a ver com o seguinte: Há cerca de três semanas, durante a execução de um trabalho para a Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, desloquei-me com o Eng.º Carlos

Inácio para fazermos uns levantamentos e, depois, deparámo-nos, com o que esta semana também já foi revelado por outros Municípios, e até nas redes sociais, e que eu considero um assunto deprimente e tem que ser resolvido o mais célere possível porque é mais um abuso.

Está em causa a salvaguarda e a segurança dos cidadãos e dos condutores porque falo de uma faixa rodoviária. Falo da Estrada Municipal 1316, na rua Eng.º Caeiro da Mata, em São Paio de Gramaços, em que continuamos a assistir, eu e o Eng.º Carlos Inácio andámos cerca de quatrocentos metros numa faixa rodoviária oposta porque do lado em que deveríamos estar a circular passámos por mais de vinte camiões TIR. Estou a falar nos prestadores de serviços que estão ligados á empresa SONAE.

Isto é insuportável, incorremos no risco de ter um acidente numa curva sem visibilidade, mesmo circulando devagar. Acrescido a isso, temos a constante degradação do piso rodoviário que cada vez mais caminha para ficar intransitável

Penso que era importante o Município e também as autoridades locais com responsabilidades de segurança tomarem uma posição. Eu já o fiz num passado recente. Falo numa posição de forma pedagógica.

Considero esta situação um abuso e parece que estamos a aguardar que aconteça ali um sinistro maior que envolva danos corporais que sejam irreversíveis. É inadmissível a situação que se depara, ali, diariamente. Estamos a falar numa entrada, ou saída, junto a um entroncamento que segue para a localidade de São Paio de Gramaços e que, em tudo, há uma falta de respeito.

O estacionamento dos camiões TIR retira a visibilidade total a qualquer outro tipo de veículo que por ali possa passar. Isto tem que ser resolvido e considero esta situação deprimente.

No segundo assunto, queria, aqui, e porque estamos num ano, mais uma vez, atípico, mas é importante que as pessoas também saibam que as autarquias estão cá e faremos tudo o que estiver dentro da nossa possibilidade financeira e dentro dos nossos recursos humanos, para fazer o melhor. Falo isto porque represento a maior Freguesia do Concelho de Oliveira do Hospital e no que diz respeito às limpezas na parte urbana e na parte rural quero dizer o seguinte: Não está a ser fácil. É um ano completamente atípico com alternâncias climatéricas e atmosféricas constantes e que em nada contribuem para que nós consigamos manter a maior Freguesia limpa. Estamos a fazer um esforço diário, temos nove funcionários sempre dispersos pela Freguesia, e isto não chega.

Para vos dizer, e é importante aqui relevar as descentralizações de competências e financeiras do Município, que não são só para fazermos obras, e ainda, na semana passada, adjudicámos a uma empresa um serviço, no valor de quase nove mil euros, para nos poder ajudar e contribuir na limpeza da Freguesia: Principalmente toda a Estrada Nacional 17 que nos cabe, e que vai desde a Chamusca da Beira ao Senhor das Almas. Desde o alto de Aldeia de Nogueira, Quinta dos Castros, entrada para Oliveira do Hospital, Gramaços, desde o alto de Gavinhos de Cima a Gavinhos de Baixo, Vendas de Gavinhos. Principalmente onde nós achámos que os nossos funcionários não teriam um efeito mais célere porque eles são necessários dentro das zonas urbanas. Mas também para dizer que tivemos que ter essa proatividade que, em tudo, não irá resolver porque sabemos que, daqui a quinze dias, se voltássemos atrás, iríamos deparar-nos com a mesma situação.

Por isso, a tal sociedade, por vezes, intolerante, prefere ir para as redes sociais em vez de nos alertarem. Não é por aí que nós reagimos porque nós estamos conscientes do nosso trabalho, sabemos o que queremos, sabemos o que fazemos e, mais, dedicamo-nos em prol da causa que temos e, como tal, fazemos o que podemos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de dar os parabéns ao Executivo Municipal em permanência e à organização do Festival Montanha d’Artes pela excelente mostra cultural que trouxeram ao nosso Concelho.

Dessa organização tenho de parabenizar ainda o apontamento de arte urbana que foi instalado no depósito de água de Oliveira do Hospital, não fosse essa, uma das minhas repetidas sugestões/recomendações nos últimos anos a este nosso Executivo.

No entanto, entendo necessário que os Munícipes de oliveira do Hospital saibam qual foi o custo que a Câmara Municipal teve para que aquele apontamento de arte urbana ali viesse a ser instalado pois, andam por aí, alguns, a dizer que a Câmara Municipal teve ali um investimento a rondar os cinquenta mil euros.

Quero também dar os parabéns pelo que está a ser feito pelo Município no Parque dos Marmelos, obra de requalificação que, há muito, os Oliveirenses desejavam. A quem ainda não foi lá, desafio a que vá!

Quero somente deixar uma recomendação ao Executivo e que se prende com o facto de estar a ser criada naquele parque uma área dedicada a desportos radicais, com a construção de um *skatepark* e uma parede de escalada, não se venha a cair no erro de misturar diferentes estilos desportivos. Pois, se ali nasce um centro de desportos radicais, deverá ser mantida essa lógica nesse mesmo espaço.

O que o Município ali pode fazer para completar o espaço destinado a desportos radicais, será, e essa é a recomendação que deverá sair desta Assembleia Municipal, é que de que, no espaço entre a parede de escalada e a ribeira seja construída uma pista de *Pump Track*, que para quem não sabe, destina-se a ser utilizada por bicicletas, skates, patins em linha e tradicionais trotinetas, enfim por tudo o que tenha rodas.

Estas pistas são a nova atração no mundo no que toca a desportos radicais com rodas, e Oliveira do Hospital poderá e deverá ser um exemplo no interior.

Para terminar e não vos cansar muito, quero relembrar que quem anda na política não pode ter uma agenda própria com objetivos pessoais. Quem anda na política tem unicamente de cumprir com os objetivos e agenda da causa pública. Tem de estar na política para servir e não servir-se. Tem de estar na política de forma desinteressada, honesta e com elevadíssimos princípios éticos.

No entanto, temos presenciado, nos últimos tempos, que alguns, que querem ser “agentes políticos”, assim não atuam.

Há por aí alguns que nos transportam para um paralelismo quase completo com algumas personagens da banda desenhada.

Para quem não conhece convido-vos a irem ler as histórias do Vizir Iznogoud e perceberem as semelhanças evidentes entre este “boneco” e outros da vida real aqui da nossa urbe, semelhanças essas que passam mesmo pela própria imagem.

Esta banda desenhada narra a história da vida de um personagem - o Vizir Iznogoud. Inicialmente o pequeno vizir era apenas um personagem secundário das aventuras do califa Haroun El Poussah mas, dado o seu sucesso, tornou-se personagem principal de uma história em quadrinhos. Tal resume-se no facto do único objectivo de vida do Vizir Iznogoud, que é o grão-vizir do califa de Bagdá, insidiosamente, tentar, não importa com que meios, destronar aquele.

No entanto todas as suas tentativas são sempre goradas. Felizmente todas as tentativas ao longo dos anos fracassam, o que vai levando o Vizir Iznogoud à loucura, algo semelhante ao que assistimos há uns anos, e que culminou com a fuga do Vizir de Oliveira do Hospital.

O chavão maior dessa personagem - o Vizir Iznogoud - é "Eu quero ser o califa no lugar do califa", ou seja, destroná-lo.

Esse chavão veio mesmo a ser adotado em vários países da Europa para qualificar pessoas excessivamente ambiciosas.

Mas o Vizir Iznogoud também tem um servo fiel, cujo nome na tradução em português, é "Que Risada", que também por aqui havia um, mas, ao que consta, até esse já o abandonou.

A política, meus caros, é uma arte nobre e destina-se unicamente a servir a causa pública. A política não pode servir Vizires."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

"A minha intervenção tem a ver, apenas e só, com um agradecimento, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo, pela realização da obra que estão neste momento a executar na estrada que liga Avô à Freguesia de Pomares, e que tinha uma derrocada enorme provocada pelas enxurradas de dezembro de 2019. A obra está na fase final.

Também queria agradecer à empresa Fonseca & Fonseca porque no mesmo local onde houve a derrocada existe uma levada de regadio com mais de cem anos, que também ficou parcialmente destruída, mas a própria empresa recompôs a levada."

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

"Em primeiro lugar queria agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal a reconstrução da derrocada na Barroca do Parceiro. Levou muito tempo mas, felizmente, está construída.

Havia outra derrocada que também requer uma intervenção urgente e que é aquela à saída de São Gião para Rio de Mel. Na altura foi reportada para aquele Fundo de Emergência, creio que não deu em nada. Já fizeram mais algumas diligências para a sua reconstrução mas, até ao momento, não foi construída. O proprietário do terreno farta-se de reivindicar a construção. Seria bom que fossem tomadas as diligências necessárias para a sua reconstrução.

Queria também agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e também como Presidente das Águas Serra da Estrela pelo seu esforço e empenho para levar à frente a obra de saneamento em Rio de Mel. Em princípio, os procedimentos estão avançados, espero bem que a obra avance. Se avançar

ainda no seu mandato, com certeza, os Riomelenses ficarão com o nome do Prof. José Carlos Alexandrino sempre na sua memória.

Aproveito para informar esta Assembleia Municipal sobre o Parque de Campismo de São Gião: O Parque de Campismo de São Gião está sediado no território da Freguesia de São Gião mas é uma Fundação de carácter particular e tem a sua administração própria. Tem um Presidente, tem um Secretário, tem um Tesoureiro e tem, com certeza, um Conselho Fiscal e Assembleia Geral. E, quando foi feita aquela queixa, de alguns, sobre o abate de árvore, eu próprio também fiquei surpreendido com aquela situação. Mas, passados uns dias, recebi uma carta a informar da situação, o porquê do corte das árvores. E, lendo a carta, que está aqui, e, se for verdade o que aqui dizem, eles até tinham alguma razão para fazer o abate das árvores. Daí, o nosso silêncio e o motivo de não nos termos manifestado na altura própria.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui, hoje, é o facto de querer fazer um agradecimento público, por dois motivos. O primeiro motivo prende-se pela requalificação da Rua Principal da Freguesia de Lagares da Beira, que está prestes a terminar a primeira fase, e, o segundo motivo prende-se com a conclusão da obra que foi feita em Lagares da Beira, designada por CCLB - Centro Comunitário de Lagares da Beira, e que, com os devidos cuidados porque vivemos em tempo de pandemia, foi inaugurada no dia 20 de junho, no passado domingo, e não poderei deixar passar o dia de hoje sem, realmente, fazer este agradecimento público.

Já há muitos anos que esta obra era reivindicada, tanto por Executivos que me antecederam, como também por mim, enquanto Presidente de Junta, porque havia a necessidade de um espaço onde pudéssemos receber eventos ligados à cultura. Finalmente, através desta requalificação do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários, isso deixa de ser um problema e passa a existir um espaço condigno que se designa de CCLB - Centro Comunitário de Lagares da Beira.

Este espaço designa-se de Centro Comunitário porque, efetivamente, ele serve para as pessoas e para a comunidade, quer seja ela da vila, quer seja de outra comunidade que o queira vir a utilizar. É um espaço que está devidamente

preparado e equipado para receber qualquer evento ligado à cultura e não só. É um espaço de pessoas e para as pessoas.

Agradeço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo pela sensibilidade para corresponder a projectos como este que está essencialmente virado para acolher pessoas e proporcionar-lhes momentos de cultura porque a cultura é transversal a todos os povos, como nós sabemos.

Quero finalmente agradecer a todos os que contribuíram para que esta obra fosse possível especialmente a algumas pessoas da Freguesia tais como: João Pedro Vitorino, que foi o autor das fotografias que temos no vitral emblemático do Centro Comunitário, Sr. Carlos Damião, Sr. António José Vitorino, Sr. António Figueiredo, aos Srs. António Santos e José Pereira, funcionários da Junta de Freguesia.

Uma palavra também, como não podia deixar de ser, à Sra. Vereadora da Cultura por todo o empenho e profissionalismo que depositou no seu trabalho para que este projecto fosse a obra que todos podemos ver.

Dizer ainda a todos os presentes que o CCLB está aberto para receber todos os que a partir de agora quiserem usufruir daquele espaço para a realização de eventos bastando, para isso, manifestar o seu interesse e haverá um Regulamento de Funcionamento que deverá ser cumprido.

Dizer a todos os que tornaram este projecto possível o meu Bem-haja.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, que fez a seguinte intervenção:

“Exmo. Sr. Presidente de Câmara Municipal, o presente documento, tem como objetivo, colocar à sua consideração as diligências que o Executivo da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira entende serem necessárias para se encerrar uma situação que há muito se encontra por solucionar, e que urge concluir.

Está-se concretamente a falar da “Casa do Campo, em Santa Ovaia”.

Como certamente saberá, está em causa uma obra iniciada no mandato do anterior executivo, e concluída ainda antes do início de funções do novo executivo.

Nos termos do contrato de empreitada, a fiscalização da referida obra ficou a cargo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

A Câmara Municipal foi desempenhando as suas funções, fazendo a fiscalização da obra, e conseqüentemente, dando os necessários pareceres sobre

os autos de mediação apresentados, que desde logo permitiram o pagamento de um conjunto de faturas.

Sucedde que, de uma forma perfeitamente injustificada, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital recusou-se a exercer as suas funções.

Na verdade, e como se disse, a obra está concluída, contudo não pode ser efetuado o pagamento em falta ao empreiteiro, porquanto o órgão de fiscalização não emite o parecer final para receção provisória, e posteriormente definitiva, da obra.

Não obstante dos diversos pedidos da União de Freguesias para que seja emitido o parecer final, o Município, estranhamente, afirma não ter quaisquer responsabilidades de fiscalização, e que por isso não tem que emitir parecer algum.

Ora, como se disse, foi sempre o Município de Oliveira do Hospital quem aprovou os autos de medição, e por isso validou os pagamentos a efetuar, e agora, de forma injustificada não permite dar por concluída a obra, alegando não ter essa responsabilidade.

Perante tal facto, e passados já quase quatro anos da conclusão da referida empreitada, a mesma se encontra fechada, e a cada dia que passa a degradar-se, sem que à mesma seja dada qualquer utilização, em particular, o destino previsto para aquela obra de albergar o museu do Arguina, que para quem ainda não sabe é um modo este de falar restrito e próprio, inequivocamente do nosso Município, da nossa União de Freguesias e da Freguesia de Nogueira do Cravo.

Gastou-se imenso dinheiro publico numa obra, que no qual Sua Excelência em reunião com o atual executivo acabou por afirmar que nunca tinha apoiado, propondo mesmo a sua venda, mas contrariamente ao que Sua Ex<sup>a</sup> propôs, no nosso entender muita utilidade poderá trazer aos fregueses, mas que, por inércia do Município, ainda que a publicite como propaganda a seu favor no Boletim Municipal, parece estar condenada a perecer.

Aliás, é entendimento do atual executivo que, a obra não foi ainda aceite por questões de divergência meramente política, as quais a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital coloca à frente dos interesses dos fregueses da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

E, diga-se mesmo, que, não fosse o empreiteiro, ainda que sem qualquer obrigação contratual ou legal, que com alguma regularidade efetua alguma manutenção ao edifício, a meu mando, e o mesmo estaria certamente num estado avançado de degradação.

Esta situação é completamente injustificável, e por isso inaceitável.

Aliás, não se trata apenas e só da opinião do atual executivo, mas também de instâncias judiciais, desde logo, do Tribunal Central Administrativo Norte que, a propósito de uma vergonhosa e cobarde tentativa anónima de destituição do atual Presidente da Junta de Freguesia junto do Tribunal Administrativo de Coimbra precisamente devido a esta obra, mas que teve o desfecho mais que esperado e justo de indeferimento de tal pretensão, referiu que:

*“E, pelo contrário - voltando ao nosso caso - seria até inaceitável que a elegibilidade do recorrente pudesse ficar refém do maior ou menor empenho, ou celeridade, dos titulares do órgão municipal para a ultimização daqueles atos e diligências da sua competência.”.*

Perante tudo isto, não há razão alguma que permita ao órgão de fiscalização imiscuir-se de emitir o parecer final sobre a obra, e dessa forma proceder-se à receção provisória da obra da “Caso do Campo”.

Deste modo, atenta a importância que a obra reveste para a União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, devido ao facto da mesma se degradar caso continue sem lhe ser dado qualquer uso, e porque é completamente injusto e prejudicial para o empreiteiro manter indefinidamente esta situação, é intenção deste executivo junto deste documento solicitar por definitivo a Sua Excelência, que se digne a desbloquear esta situação que se pronuncie definitivamente sobre a autorização dos seus serviços, na respetiva receção definitiva de obra.

Na eventualidade de hoje, mais uma vez, sermos brindados com o silêncio do Sr. Presidente de Câmara Municipal em relação a esta matéria, iremos União de Freguesias proceder, junto do empreiteiro, à receção provisória da obra, caminhando dessa forma para a conclusão do procedimento, e assim imputar todos os custos e responsabilidades relativos a este desfecho, a que compete aos serviços Municipais, conforme já referida em sentença de Tribunal Central Administrativo Norte, de 14 de setembro de 2018.

Colocamos assim à disposição de Digníssima Assembleia de Municipal o presente documento e em particular o procedimento nele constante e a que se pretende dar imediato prosseguimento, por forma a ser anexo à presente ata de Assembleia Ordinária.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho falar sobre três assuntos: O primeiro já falei na Sessão Extraordinária realizada por videoconferência mas parece que não foi muito

perceptível e, por isso, venho falar novamente, e que é um agradecimento à Câmara Municipal e ao seu Executivo por neste momento criar as condições para se fazer o Polidesportivo em Nogueirinha. Uma obra ansiada já há quase vinte anos, e que não tinha havido condições financeiras para a executar, e foi este Executivo que, neste momento, criou essas condições. Havia este compromisso por parte da Junta de Freguesia e por parte da Câmara Municipal, que também sempre disse que o apoiaria e, neste momento, as obras estão a decorrer dentro da normalidade.

Penso que vai ficar ali uma obra interessante para a população de Nogueirinha.

O segundo assunto que trago, aqui, e que já falei muitíssimas vezes nesta Assembleia Municipal, é sobre a poluição do Rio Cobral.

Os ânimos estão a aquecer!

A poluição cada vez é maior e é visível e escusam de me vir dizer que fazem as análises, que algumas vezes já aplicaram coimas, outras vezes que as análises que têm feito têm reunido as condições ambientais. Só se apanharem a água da rede porque se apanharem a água do rio ela não tem condições até porque é visível, a água é preta e tem muito mau cheiro. Quando chega o verão, junto ao anoitecer, há muito mau cheiro e não se pode ali parar.

A população já pensa em tomar algumas medidas e isso preocupa-me. Preocupa-me que não se faça nada. Compreendo a Câmara Municipal de Seia, porque são indústrias que estão sediadas no seu Concelho, e eles tentam defender mas nós também não temos nada contra as empresas que estão lá criadas, até pelo contrário. Desejamos que tenham muito sucesso e que criem postos de trabalho mas também invistam e mantenham os níveis de exigência ambientais porque nos tempos em que estamos é o mínimo que se lhes pede.

Portanto, se não se tomarem medidas as coisas podem descambar e tornarem-se aí um problema.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, esta semana notei que já andaram a fazer as marcações na estrada. Eu pergunto se já tem algum conhecimento e se é mesmo para avançar neste momento com as ligações técnicas ou se ainda andam só na fase de levantamentos?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Trazem-me, aqui, alguns pontos e vou começar por aquilo que toca algumas questões que me foram colocadas por alguns fregueses da Freguesia de

Nogueira do Cravo: Relativamente à estação elevatória que existe em Aldeia de Nogueira, pelos vistos, há cerca de quinze dias, ou três semanas, está com problemas. A estação elevatória de Aldeia de Nogueira parece que está a ter alguns problemas e está a transbordar alguns dejectos, e convinha averiguar.

Relativamente à Escola Primária do Senhor das Almas, o Sr. Vereador Nuno Ribeiro publicou, e bem, o vandalismo. Foi um ato cobarde e é realmente pena que não se preserve aquilo que nós temos, ainda para mais quando é uma instalação utilizada por uma Associação.

Mas isto, leva-me também para uma outra situação: Penso que ainda decorre o processo relativamente ao terreno da Escola Primária do Senhor das Almas, em que um vizinho começou a construir um muro, penso que também seria conveniente resolver essa questão, de vez.

Relativamente ainda ao Senhor das Almas: Fico feliz que finalmente tenham sido colocados os equipamentos de ginástica de manutenção. Já tinha sido uma coisa que eu tinha solicitado ainda estava na Assembleia de Freguesia e também já solicitei aqui duas vezes na Assembleia Municipal e na altura o Sr. Vereador Nuno Ribeiro tinha dito que seria uma coisa a fazer. Tenho a agradecer porque a oposição também serve para isso. Quando as coisas estão mal, estamos cá para bater, mas quando as coisas estão bem, também estamos cá para agradecer.

Relativamente àquilo que me trazia, aqui, fora estas questões: Queria levantar, aqui, uma situação que já foi colocada por uma colega nossa da bancada do PSD, e que é relativamente à situação do *coworking* e desse projecto que foi anunciado pelo Sra. Ministra Ana Abrunhosa. Em que ponto é que isso está?

Até porque estamos nesta situação pandémica, e isto não é para criar alarmismos, mas também é uma boa oportunidade para nós cativarmos pessoas para o nosso Concelho. Se temos fontes de financiamento era fundamental que o Município também as tentasse captar e que fizesse, eventualmente, obra física para albergar porque se, infelizmente, a nossa indústria neste momento não consegue albergar Quadros Superiores em massa, esta é, sem dúvida, a nossa oportunidade e é uma oportunidade que, neste caso, não iria obrigar a que o Município despendesse de grande valor, antes pelo contrário, seria apenas e só a questão de aproveitar o financiamento que vem e, obviamente, teremos que estar também sempre preparados para estas janelas de oportunidade, porque senão as aproveitarmos, obviamente, no meio de tantos Municípios que estão na

Zona Centro também com estes apoios, certamente, se não trabalharmos vamos ter aqui, certamente, problemas.

Queria ainda falar relativamente a uma situação que, por acaso, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge falou: Como o Sr. Presidente da Câmara Municipal sabe, os meus antepassados também pertencem à Freguesia do Ervedal da Beira. Tem sido, realmente, muito mau o que se tem visto no rio. Hoje está na moda ir ver o açude mas, para quem conheceu o açude, há trinta anos, eu, felizmente, porque os meus avós são dos Fiais da Beira, desde miúdo me habituei a visitar aquela zona.

Sei que existe um projecto de requalificação. Sei que o concurso já foi lançado mas, independentemente disso, nós temos que ter a noção que um concurso de uma obra, certamente, demorará um ano, ou mais, a ser executado.

Neste momento o açude está com um aspeto muito, muito mau, muitíssimo degradado.

Acho que era fundamental, mesmo sabendo que vai haver obras, aquilo actualmente já não é só do conhecimento dos fregueses da Freguesia do Ervedal da Beira, ou de quem vivia ali perto, é do conhecimento de toda a população de Oliveira do Hospital. Quem lá vai visitar certamente se apercebe que existem dezenas de pessoas que vão também ver aquilo e quem conhece o local sabe que aquilo é um *ex libris* do nosso Concelho que da forma como está não é um *ex libris* é antes um ponto que quase temos vontade de esconder porque está realmente muito mau.

Peço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que realmente tente fazer esse esforço. Bem sabemos de onde vêm as descargas poluentes, bem sabemos que não são feitas no nosso Concelho mas temos, obviamente, de salvaguardar a saúde dos nossos rios porque isso é, sem dúvida, o legado que podemos deixar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Vim algumas vezes a esta Assembleia Municipal queixar-me que a pior estrada do Concelho está na minha Freguesia.

Hoje é o momento de vir aqui agradecer ao Executivo Municipal pelo início das obras. A estrada da Carvalha finalmente está a ser requalificada e, por isso, deixar aqui o meu agradecimento.

Ouvi, há pouco, o colega Presidente da Junta de Freguesia de Avô e o colega Presidente da Junta de São Gião referirem-se ao início das obras de reconstrução dos muros que foram tombados pelas enxurradas.

Deixava agora mais um aviso. São avisos que me preocupam porque são na berma da Estrada Municipal 514. Um deles na Ponte das Três Entradas, junto à Escola e o outro no troço entre o cruzamento do Mosteiro e a Ponte de São Gião. Já nessa zona tivemos uma derrocada bastante grave, que nos obrigou a uma obra de fundo.

Deixava aqui um alerta: Se nada for feito, antes do próximo inverno, podemos ter ali um problema, se calhar, de dimensão superior àquele que tivemos alguns metros mais à frente.

Relativamente às Praias Fluviais dizer o seguinte: A nossa Freguesia já tem praticamente a Praia Fluvial de São Sebastião da Feira e todos os espaços fluviais preparados para receber os veraneantes.

Dizer também que estamos com muito cuidado, à semelhança daquilo que foi feito no ano passado com os demais colegas, elaborámos um Plano de Contingência para a Praia.

A questão de podermos apelar ao bom senso das pessoas é importante. Este ano preparei mais alguns espaços fluviais para que as pessoas não se concentrem só em São Sebastião da Feira e possam dispersar-se por outros pontos de lazer, sempre com a preocupação de se tratarem de espaços que não têm vigilância e serão devidamente sinalizados.

Esperamos que todo o esforço financeiro e humano que colocámos e a aposta que fazemos todos os anos nestes pontos nos tragam o retorno e nos tragam uma época balnear, à semelhança daquilo que aconteceu no ano passado, tranquila e de muitos visitantes no Vale do Alva.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“As minhas primeiras palavras vão para um conjunto de jovens que, por iniciativa própria, se juntaram para discutir e pensar Oliveira. Falo especificamente do recente criado Movimento Fórum.

Em nome pessoal e em nome do PSD felicito e saúdo estes jovens que, por iniciativa própria, tiveram esta ideia.

Agradecer-lhes desde já a sua disponibilidade e por demonstrarem que os jovens interessam-se pela causa pública e que estão dispostos a fazer Serviço Público, mesmo fora dos partidos.

Da parte do PSD, nesta Assembleia, posso garantir que estaremos atentos aos seus anseios e seremos uma voz ativa na defesa das suas causas.

Dito isto, e chegados aqui, em clara contagem decrescente para as próximas eleições, é nosso entender, que é tempo de começar a fazer balanços. Não venho bater na tecla do IC6, sobre esse assunto já muito foi escrito, apenas faço um apelo aos Oliveirenses: Pensem no que foi dito e escrito por políticos locais e nacionais sobre esta matéria nos últimos dez anos e tirem as vossas próprias conclusões.

Como já referi, não é esse o tema central que me traz, aqui, hoje. Gostaria, isso, sim, de falar de algumas opções políticas legítimas que têm sido tomadas ao longo destes últimos doze anos. Políticas estruturais que foram feitas, ou que, neste caso, não foram feitas. Nomeadamente uma verdadeira política amiga do empresário para atração de investimento e emprego, habitação e redes digitais dignas desse nome. Relembrar que só com mais atração de investimento e pessoas no nosso território é que geramos economia para depois podermos, então, distribuir os tais subsídios, as bolsas. No fundo, tudo o que envolve o social.

Por exemplo, a Zona Industrial da Cordinha, continua infelizmente “às moscas”. Ao que parece, agora, passados doze anos, é uma das bandeiras irem lá lançar a primeira pedra de investimento para criar emprego.

Sobre estes tópicos, atração de emprego, empresas, habitação e redes digitais, gostaríamos, em particular, de chamar a atenção para a realidade que a pandemia apenas veio acelerar, e refiro-me ao teletrabalho e à flexibilização do próprio trabalho. O trabalho remoto poderia ser já hoje uma oportunidade para muitos Oliveirenses que trabalham fora, se tivessem implementado algumas das reivindicações que, aqui, temos vindo a trazer, porque não basta ter um espaço coworking, essa parte é a mais fácil.

Falo essencialmente de duas condições que em nosso entender são fundamentais para a atração e fixação de pessoas e empresas. Não são duas condições novas. Refiro-me especificamente à habitação. No fundo, casas disponíveis para o mercado de arrendamento, através da construção de casas abandonadas aliás, essa era uma das medidas que estava plasmada no Programa Eleitoral, e também o arrendamento acessível. Reivindicámos esta matéria aqui em 2017 e é consensual que também temos atualmente um claro défice de casas disponíveis para quem se queira cá fixar. Se uma empresa se quiser fixar, com cinquenta novos postos de trabalho, as pessoas pura e simplesmente não têm onde se fixar.

A outra condição essencial são as redes digitais, dignas desse nome, e já vimos que o próprio Município não tem essas redes, como foi patente nas últimas Sessões da Assembleia, e este tópico aliás, foi alertado em 2012, portanto, muito antes de ser um tema sexy.

Sobre isto, já agora, aproveito para chamar a atenção do Executivo para a internet por satélites, disponibilizada pela empresa Starlink, uma das empresas do homem da Tesla, que é uma tecnologia perfeita para os nossos territórios de baixa densidades e não, como já ouvi aí num meio de comunicação social, andarmos, agora, atrás da fibra ótica.

Isto são medidas que poderiam e já deveriam estar no terreno e que nos poderiam agora estar a diferenciar na captação e na atração de pessoas e trabalhadores que têm essa possibilidade de trabalhar remotamente.

Estas são duas condições essenciais, os chamados serviços mínimos que são procurados, e só assim é que nos podemos tornar competitivos como um Concelho neste mundo cada vez mais global.

Pois, não existe economia sem pessoas, nem empresas, e não venham com a narrativa, como já ouvi, aqui, dos incêndios e das tempestades, porque isso, de facto, veio atrasar muito algumas ideias que poderiam estar a ser pensadas mas, também, é importante referir, que havia vida e um Executivo, que por sinal é o mesmo de hoje, antes desses acontecimentos e em matérias de prioridades políticas, infelizmente, sempre foram outras.

Termino, com esta minha breve reflexão.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, é com orgulho que, pela oitava vez, venho, aqui, anunciar que, mais uma vez, vamos dar início à época balnear com a Bandeira Azul. Embora tivesse sido um caminho que não foi fácil, como o Sr. Presidente da Câmara Municipal também sabe.

Quero agradecer-lhe todo o empenho que teve, em conjunto com o seu Executivo, para que aquela Praia Fluvial tivesse todos estes oito anos aquele Galardão.

Sabemos perfeitamente que não foi o sonho de muita gente mas para a Junta de Freguesia e para a maioria dos Alvocences é um sonho que ambicionávamos e que concretizámos.

Por isso, Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero agradecer-lhe toda a disponibilidade e também a disponibilidade da sua equipa. Terei que enaltecer o trabalho incedível do Pelouro do Ambiente que foi desenvolvido nestes oito anos.

Sabemos que este trabalho não foi fácil, tivemos alguns problemas que tivemos que ultrapassar e se não fossem os técnicos do Pelouro do Ambiente não teria sido possível. Não poderei deixar de referir duas técnicas do Pelouro do Ambiente, a Eng.<sup>a</sup> Filipa e a Eng.<sup>a</sup> Rita, que foram sempre impecáveis, incedíveis e eficientes em todos estes anos. Referir também que o Prof. Brantuas também tem sido impecável na organização da logística do Nadador Salvador e todos os complementos que tem esta envólvia.

Dizer-vos que no dia 13 de julho está prevista a abertura da época balnear na Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas onde iremos içar a Bandeira que nos orgulha bastante.

Sabemos que a Bandeira Azul de uma Praia Fluvial não é da exclusiva responsabilidade do Presidente da Junta de Freguesia nem da Câmara Municipal. Teremos que ter uma água excelente no nosso rio.

A Junta de Freguesia sempre se preocupou com a qualidade da água do rio. Ultimamente temos detetado que há algumas tentativas de agressividade ao nosso rio, a montante da Praia Fluvial. Nós estamos atentos e em colaboração com a Câmara Municipal vamos tentar que estas agressões não sejam feitas.

Depois, teremos também que reconhecer que, nos trinta e três critérios que a ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa exige, a Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas também foi sempre muito briosa e preocupada e sempre respeitou aqueles critérios e, às vezes, com prejuízo de amizades de algumas pessoas que não gostavam de certas atitudes que tomámos por serem critérios da ABAE e que tínhamos de respeitar.

É o meu último ano como Presidente da Junta de Freguesia e com certeza que o Pelouro do Ambiente vai continuar a ter toda esta preocupação para que a Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas tenha sempre este Galardão que nos prestigia bastante.

Mais uma vez, muito obrigado, a todas estas pessoas e entidades que colaboraram connosco e que foram sempre muito preocupados com esta nossa causa.

Dizer ainda, no âmbito da Candidatura das Aldeias de Montanha, que precisamos de ter fibra ótica.

Agradecer ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Rolo, toda a preocupação que teve com esta candidatura e pedir-lhe que interceda junto da Altice para que a fibra ótica seja uma realidade.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Queria dar-vos uma nota diferente em relação ao Concelho de Oliveira do Hospital. Como todos nós sabemos, o Concelho de Oliveira do Hospital é um Concelho exemplar.

Passados doze anos de governação dos destinos do Concelho pelo Prof. José Carlos Alexandrino, quero realçar que neste Município todas as pessoas contam. Esta governação foi destacada pela forma solidária, ambiciosa, inclusiva, responsável e coerente nas diferentes áreas nomeadamente na educação, na saúde, na parte social, na cultura, na economia e no empreendedorismo.

No nosso Concelho ninguém é posto de lado, seja mais novo, ou menos novo, tenha mais, ou menos, meios, tenha mais, ou menos, cultura. É um Concelho que é abraçado por todos e em que todos se reveem. Da nossa parte não há carpideiras e enfrentamos claramente as adversidades e o futuro.

A Assembleia Municipal não é o local para colocar certos temas até porque o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo sempre tiveram a porta aberta e certamente que nos ouve a todos.

Gostaria de vos realçar o seguinte: Como é que se fixa população? Como é que há mais empresas? Como é que há mais empreendedorismo?

É muito simples! É com melhores aldeias, com melhores acessibilidades, com melhores condições de vida a nível ambiental e com melhores condições a nível industrial. Isso está a acontecer e tem acontecido em Oliveira do Hospital.

Há pouco foi referido que há uma Zona Industrial e que vai para lá uma empresa mas, de certeza, a Câmara Municipal fez tudo, e tem feito tudo, para que isso aconteça. Todos conhecemos como é que funcionam os empresários e a lógica empresarial.

Finalmente, gostaria de pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos fizesse o ponto de situação das obras que estão em execução e de como o Concelho de Oliveira do Hospital está a crescer e a evoluir.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Começo a minha intervenção a falar no famoso IC6. A estrada mais longa do tempo.

Este Itinerário complementar ficará conhecido como a maior e mais longa mentira do Partido Socialista, não só do Partido Socialista de Oliveira do Hospital, mas também do Partido Socialista, desde José Sócrates a António Costa.

A mentira que alimenta eleições, sejam elas legislativas ou autárquicas, cada vez que há eleições, lá temos nós o PS, com a promessa da construção do IC6. O nosso conterrâneo e vosso camarada, Paulo Campos, enquanto Secretário de Estado do Governo de José Sócrates, em 2007, mas com os olhos postos nas eleições de 2009, fez do IC6 a grande bandeira do PS nacional. Claro está que o PS local aproveitou a oportunidade e foi atrás.

Em 2013, repetiu-se a história. Em 2017, mais do mesmo.

Estamos em 2021, ano de Eleições autárquicas, acreditem, voltamos a repetir a mesma história, IC6.

Na última Assembleia Municipal, de dia 26 de fevereiro, o PSD apresentou uma moção para corroborar e reforçar o interesse de todo o Município na conclusão desta obra.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declararam que essa moção não deveria ser aprovada pois, poderia deitar por terra as negociações já realizadas com o Prof. José Carlos Alexandrino, enquanto Presidente da Câmara Municipal e enquanto Presidente da CIM de Coimbra, redundando no chumbo dessa moção com os votos contra dos eleitos do PS e com declarações a roçar o ridículo de alguns eleitos do PS.

Para espanto do PSD e de todos os Oliveirenses, dias depois, Bruxelas exclui do Plano de Recuperação e Resiliência a construção do IC6.

Calma, meus Senhores, não vamos baixar a guarda.

Dias depois, vem a inauguração da Rotunda de Homenagem às Mães. Adivinhem quem marca presença?!

Uma das muitas medalhadas por este município, a ex-Presidente da CCDR e atual Ministra da Coesão Territorial, Dra. Ana Abrunhosa.

O que veio ela fazer? Reiterar o compromisso do Governo de financiamento do IC6, fora do Plano de Recuperação e Resiliência. Isso mesmo, o mesmo que o ex-Ministro Pedro Marques disse, em 2017.

Disse ainda que a obra vai ser paga com o dinheiro da licença do 5G, que não se sabe quando vai ser o concurso de atribuição da licença, mais, que a obra deve arrancar em 2025, ou seja, estamos a preparar já as próximas

Eleições Autárquicas. É claro que Seia, Oliveira do Hospital e Tábua precisam insistentemente desta mentira em tempos de Eleições Autárquicas. Para nós é simplesmente ridículo!

É verdade, sim, precisamos do IC6, dispensamos quinze anos de mentiras.

E por falar na Rotunda de Homenagem às Mães: Sr. Presidente, não bastava os projetos de arquitetura das obras de Oliveira do Hospital serem feitos por gente do PS, também agora as obras de arte têm de ser pensadas por gente do PS? Começo a pensar que só o PS tem artistas. Sim, pelo que se sabe o arquiteto da obra da Rotunda de Homenagem às Mães, foi Presidente da Distrital do PS na Guarda e candidato do PS em várias eleições.

Sr. Presidente, não comento, não está em causa o valor imensurável que tem cada mãe, mas digo-lhe, cinquenta mil euros por uma obra daquela dimensão, só o valor da obra pode representar as Mães, porque o tamanho da obra, em nada representa o valor imensurável que tem cada Mãe.

Sr. Presidente, por falar em homenagens: A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, em 2018, abriu um concurso de ideias para a criação de um memorial de homenagem às vítimas do trágico incêndio de 15 de outubro de 2017.

Assistimos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com toda a pompa e circunstancia, à entrega do prémio ao vencedor do concurso entre os oito concorrentes.

Sr. Presidente, depois deste dia, o da entrega do prémio vencedor, não voltei a ouvir falar da construção deste monumento de homenagem às vítimas dos incêndios de outubro de 2017. Onde podemos ver esta estátua?

Aproveito a ocasião para dar os parabéns ao Presidente da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira que, sem qualquer aproveitamento ou propaganda política, inaugurou, em outubro de 2020, um Monumento de Homenagem às Vítimas.

Por falar em inaugurações: Sr. Presidente, pode-nos adiantar para quando está prevista a abertura ou inauguração, como lhe quiser chamar, da ampliação e remodelação da Casa da Cultura César Oliveira?

Deixe-me lembrá-lo que tal inauguração era para ter acontecido no final do anterior mandato, ou seja, em 2017.

Ainda por falar em obras. Ora, aqui está uma matéria em que o Sr. Presidente e este Executivo são pródigos e que é em atrasos.

Sr. Presidente, as obras de ampliação e remodelação da Zona Industrial tiveram início há mais de um ano. Um ano passado e continuamos sem prazo de conclusão, mais uma obra deste executivo sem fim à vista.

Sr. Presidente, mais do mesmo. Este executivo não acerta uma, não consegue acabar uma obra dentro do prazo previsto. Vergonhoso, Sr. Presidente.

É esta a forma de tratar os nossos empresários? Terão os nossos empresários paciência para esperar, por tempo indeterminado, por um espaço na Zona Industrial?

Sr. Presidente, só Oliveira do Hospital para no tempo, os outros Concelhos não param e vão certamente dar aos nossos empresários as condições que não lhe conseguimos dar, por inércia deste Executivo.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de prosseguirmos com as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia, em que, do ponto de vista regimental, responde o Sr. Presidente da Câmara Municipal, e uma vez que o Deputado João Brito me interpelou, também, relativamente à questão do IC6, eu respondo de imediato.

Quero recordar ao Deputado João Brito vários factos relevantes para a temática do IC6. O que lhe quero dizer é o seguinte: O IC6, que chegou até Tábua no Governo de que eu fiz parte, é um processo no qual não tive envolvimento ao nível da decisão. Apenas procurei garantir que o Estudo de Impacto Ambiental não caducasse, dentro daquilo que a legislação prevê, mas interessando-me para que o Governo subsequente tomasse decisões, no sentido da continuação do IC6. E houve, ainda, uma tentativa do Governo Presidido pelo Dr. Passos Coelho, que, depois, foi deixada cair, de incluir o IC6 como iniciativa de importância estruturante para o País. Simplesmente isso caiu. Assim foi decidido.

E mais, e que foi mais grave e já foi várias vezes referido, não foi a queda interna, foi o sinal que foi lançado para Bruxelas sobre a inoportunidade de investimentos em mais rede viária no nosso País. Isso é que foi dramático.

Ora bem, não vale a pena estarmos, aqui, a fazer história sobre o assunto, e não vale a pena, também, dizerem que foi por causa do défice, e por causa dos gastos. Eu não vou entrar nisso!

Há uma coisa que eu quero dizer: O que é certo e verdade é que, se hoje temos um País que tem uma rede viária que capta muito investimento, se nós temos água de qualidade nas torneiras, se temos muitas praias com Bandeira Azul, alguém fez, isso, antes. E não vale a pena estarem sempre a tentar encontrar culpados. Direi, se for necessário, com mais detalhe, o que foi feito.

Quero dizer-lhe ainda o seguinte: Assisti ao Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, no tempo em que eu estava no Governo, se querer manifestar publicamente, quando o Primeiro-Ministro veio cá por causa da fábrica dos Aquinos. Assisti ao envolvimento que ele teve desde essa altura. E nem vou dar detalhes, porque ele até queria fazer uma intervenção, a meu ver, excessivamente musculada e que não ia conduzir a nada.

A partir daí fui parceira dele na criação de pressão, da parte da Câmara Municipal, na criação de pressão política da parte da Câmara Municipal, no sentido de sensibilizar toda a cadeia de decisão para a importância do IC6 para a Região.

Ora bem, o que é que acontece: Sabem perfeitamente e foi publicamente e politicamente explicado ao mais alto nível porque é que o IC6 foi retirado do PRR. Mas, o Deputado João Brito está a esquecer-se por completo da Resolução do Conselho de Ministros, que eu aqui tenho, e que eu o aconselhava a ler com detalhe e a saber o que é que quer dizer cada uma das coisas.

Particpei, quer na elaboração quer, mais tarde, quando fui Membro do Governo, na aprovação de Resoluções do Conselho de Ministros e poucas Resoluções são tão precisas como esta que tem todos os ingredientes para ser cumprida.

Como sabe, o Governo não se limitou a fazer uma transferência das obras de infraestruturas que Bruxelas, mais uma vez, por ter a ideia que nós temos rede viária a mais em termos comparativos com outros Países, e que temos outras necessidades, retirou. O Governo criou condições para o IC6 ser executado com fundos nacionais.

E vocês sabem bem, não é preciso eu estar aqui a ler a Resolução do Conselho de Ministros, porque o Sr. Deputado João Brito está a fazer um númerozinho de política, e está a misturar política com rigor e com seriedade. Está a pretender meter tudo no mesmo saco e, isso, eu não lhe vou permitir. Era o que faltava!

Na Resolução do Conselho de Ministros diz, em concreto, que as verbas necessárias para a concretização do IC35, a ligação do IP3 dos concelhos a sul

e do IC31 de Castelo Branco/Monfortinho, a EN 341- Alfarelos/Taveiro e o IC6 Tábua/ Folhadosa. Aqui no concreto, têm as verbas necessárias.

Onde é que são inscritas? São inscritas no Orçamento das Infraestruturas de Portugal. Está já alocada, autorizada.

O Sr. Deputado João Brito falou na questão do 5G e já está aqui definido que *“a Anacon antecipadamente coloca as disponibilidades financeiras no Orçamento das Infraestruturas de Portugal”*, e diz, ainda, uma coisa importante que é o seguinte: *“Determinar que a utilização dos montantes oriundos do leilão eletrónico do 5G, nos montantes e para os objetivos previstos na presente Resolução, é compensada mediante a alocação de idêntico valor de despesa, até ao montante de cento e quarenta e três milhões de euros, no Portugal 2030, de forma a garantir a integral cobertura do País com uma rede de comunicações de quinta geração em particular nos territórios de baixa densidade e insuficientemente cobertos pelos leilões 5G.”*

Portanto, o Governo dá aqui um sinal claro que está a retirar o montante disponível dos leilões 5G, em primeira linha, para acudir a estas iniciativas mas que não fica esquecida a consolidação e o reforço da rede de comunicações.

Como sabe, o Portugal 2030 é um Fundo gerido por Portugal, não é gerido como o PRR, em articulação com Bruxelas.

É uma Resolução muito bem pensada, é uma Resolução para cumprir e com todos os ingredientes para ser cumprida.

Tenho a maior convicção de que vai ser cumprida por várias razões. Os Autarcas destas Regiões, independentemente da sua área política, e temos Autarcas de várias áreas políticas, que não se vão esquecer de exigir legitimamente o seu cumprimento. Acredito que vamos ter IC6 nas datas previstas.

O concurso para a adjudicação do projeto está a decorrer. Estão na fase de apreciação das propostas. Quando a proposta for selecionada nós saberemos e acredito que vai antes das eleições.

Portanto, o calendário estava todo programado, no entanto, são processos que demoram, porque pode haver reclamações. Acredito que antes das eleições há condições para termos o projeto adjudicado e, a partir daí, está tudo calendarizado para termos o IC6 na data prevista.

Acho triste que o PSD que fez tão pouco, para não dizer nada, sobre a questão do IC6, se sinta legitimado e autorizado, mesmo em contexto de debate político pré-eleitoral, em vir abordar este tema. Acho lamentável!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho aqui várias questões para apresentar.

Em primeiro lugar, quero dar os parabéns ao Executivo Municipal por, mais uma vez, comemorar o Dia da Liberdade em Portugal, o nosso 25 de Abril. Felizmente que depois da entrada deste Executivo à frente dos destinos Municipais, fez sempre questão de assinalar esta data, contrariamente àquilo que, alguns, anteriormente se esqueceram. Parece que a democracia e o comemorar esta data não era grande tema para comemorarem.

Para nós, Socialistas, é muito importante comemorar e, por isso, Sr. Presidente, muitos parabéns por, mais uma vez, o ter feito.

Meus amigos, estamos no final de junho, estamos na penúltima Assembleia Municipal, estamos já a entrar num período pré-eleitoral e estamos, efetivamente, já num período de fazer alguns balanços.

Os balanços que há a fazer são muito simples, muito simples de perceber, muitos simples de entender e muito simples de explicar. Há muita coisa para explicar de uma forma muito simples e muito sintética.

Este Executivo, este Mandato, porque os anteriores já foram julgados, e foram bem julgados pelos Oliveirenses, como todos nós sabemos. Esse julgamento já lá vai.

Agora, o que vai estar em julgamento é este mandato e, todos nós sabemos e, todos os Oliveirenses também sabem, o que é que foi este mandato. Foi o pior mandato que existiu desde que há memória neste Concelho de Oliveira do Hospital. Quem não quiser reconhecer isto, obviamente que não está de boa-fé. Todos nós sabemos as dificuldades que este Executivo teve porque todos nós, particularmente os Presidentes de Junta, bem sabemos das dificuldades que apresentámos e que tivemos que enfrentar durante a pandemia, durante os incêndios, as derrocadas. Toda a gente sabe disto. Possivelmente só alguns da oposição não o saberão, ou não querem saber ou querem ignorá-lo mas nós fazemos questão de fazer esse julgamento, fazemos questão de fazer uma autocrítica, de dar a cara. Iremos dar a cara junto dos Oliveirenses, todos, na devida altura e na devida hora.

Meus amigos, perante estas dificuldades todas, nós lembramos bem, e temos alguma memória. Nós bem sabemos o que era o antes de 2009, aqui, em Oliveira do Hospital, todos nós sabemos, e, por isso, é que o povo Oliveirense

julgou quem estava no poder naquela altura e julgou da maneira como julgou, e tudo isto tem uma razão e uma explicação.

Meus amigos, as obras na Zona Histórica, que já aqui foram faladas, estão adjudicadas, há verbas, há financiamentos. O Parque de Estacionamento atrás da Central de Camionagem está feito e o financiamento com certeza estará a ser pago. O Parque dos Marmelos, já aqui foi dito, estão as obras a decorrer, há financiamento, irá ser pago. O início das obras do Centro Escolar, tem financiamento, as obras estão a iniciar, irá ser feito, e com certeza irá ser pago. As obras na Zona Industrial, por um motivo que já aqui foi explicado foram interrompidas, têm financiamento, irão ser realizadas e irá com certeza ser pagas. O novo Centro Cultural está praticamente acabado, tem financiamento, a obra está praticamente acabada, irá ser pago.

Tantas obras e tantos benefícios, apesar de todas as dificuldades, que foram feitas e continuam a ser feitas nas nossas Freguesias. Os Presidentes de Junta sabem disto.

Houve dificuldades e algumas coisas ficaram por fazer mas as dificuldades foram muitas.

Há uma coisa que lhe quero dizer, Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Presidentes de Junta que estão de boa-fé, e parece que alguns não estão, sabem reconhecer tudo isto que acabei de dizer. Sabem reconhecer a este Presidente e a este Executivo Municipal todo o esforço, toda a ambição, toda a visão que tiveram para este Concelho de Oliveira do Hospital.

Meus amigos, há uma coisa que eu vos quero dizer: Nós sabemos que a nossa posição anda nervosa e também sabemos porquê?

No dia que for definido para que os Oliveirenses venham dizer o que querem e quem querem à frente dos destinos deste Concelho, aí iremos, efetivamente, tirar as conclusões daquilo que acabei de vos dizer. Os Oliveirenses são pessoas inteligentes e já o têm demonstrado há muito tempo. Bem percebo o vosso nervosismo.

Meus amigos, não foi só o PS que andou a prometer. Não é só o PS que anda há muito tempo a puxar pelo IC6, e bem, porque essa é a sua obrigação e essa é a sua determinação.

Meus amigos do PSD, um vosso Secretário de Estado, veio a Seia prometer o IC6 num período eleitoral. Vocês esqueceram-se disso. Não foi só o Partido Socialista que andou a prometer, vocês também o andaram a prometer.

Só que nós fizemos obra e vocês nunca fizeram um centímetro daquela estrada. Essa é que é a grande questão.

Há uma coisa que vos quero dizer: É uma grande satisfação para mim e, seguramente, é uma grande satisfação para este Presidente da Câmara Municipal e para este Executivo, porque vai deixar uma Câmara Municipal com um equilíbrio financeiro e com uma dívida que o vosso Executivo não conseguiu deixar. Esta é que é também a grande questão.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Achei lamentável o discurso que o PSD veio aqui fazer sobre o IC6 depois de tudo o que foi feito para a sua concretização pelo Sr. Presidente José Carlos Alexandrino, que é um homem de palavra e não vem para aqui fazer números políticos.

Nas Freguesias, na cidade, nas famílias, nos investimentos, na captação de novos negócios, aí, sim, ele faz um grande número de concretizações políticas.

A crítica da homenagem às Mães, acho que é um bocado degradante. Pode não se gostar do estilo do monumento mas a homenagem às Mães é mais do que um monumento e não só para as pessoas que como eu já perderam a Mãe.

Esta homenagem às Mães tem um sentimento muito profundo. Há uma série de factos que nos levam a sentir o dia da Mãe como um dia muito grande.

A homenagem que o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez, com a emotividade com que ele o fez e com a sua sinceridade e genuinidade, acho que merecia mais respeito.

Dizer ainda o seguinte: Antigamente não havia atrasos nas obras porque o número de lançamento das grandes obras era praticamente insignificante portanto, dificilmente haveria atrasos nas obras. Não existia o problema do número de empreiteiros que era preciso contratar, não havia o problema do número de procedimentos que era preciso levar a cabo.

Julgo que essas obras eram insignificantes comparativamente com o número de obras que foram feitas nestes doze anos. Lembram-se, por exemplo, de algum atraso na construção das ETAR, antigamente? Há doze anos eu lembro-me de muito poucos atrasos nas obras.

Nos últimos anos, quantas ETAR é que foram feitas? Quantos abastecimentos de água às povoações é que foram feitos? E não me estou a referir às grandes povoações, estou a referir-me às povoações mais pequenas e

que têm poucos votos. Nessas povoações é que eu aprecio a coragem que o Executivo tem para fazer investimentos. Fazer um investimento de abastecimento de água numa povoação que tem trezentos, quatrocentos ou quinhentos votos é preciso ter alguma coragem.

Antigamente o que se fazia era um sectarismo enorme entre as grandes Freguesias e as pequenas Freguesias.

O PSD não se pode esquecer que não é só nas grandes Freguesias que existem pessoas e que existem eleitores.

Todos nós temos que ser tratados com equidade porque ninguém tem culpa de viver numa pequena Freguesia.

Promessas não cumpridas: É verdade, todos nós tivemos promessas não cumpridas, eu também tive algumas. É mau mas, pelo menos, houve a intenção da sua concretização, ao invés do que acontecia no “tempo das vacas gordas”.

Lembram-se da pandemia? Lembram-se dos incêndios? Lembram-se das tempestades? Isto também poderá não ser capa para tudo mas que marcou bastante a governação destes últimos dois mandatos, eu não tenho dúvidas absolutamente nenhuma.

Nada seria igual, creio eu, e acredito piamente na vontade que o Executivo tinha na concretização de alguns investimentos.

Congratulo-me também com os investimentos feitos nas Praias Fluviais do Vale do Alva. É importante haver um polo de atração para turistas e cidadãos do Concelho a esses locais.

Aproveito para pedir ao próximo Executivo que também não se esqueça de uma ambição da Freguesia de Aldeia Das Dez e que era a concretização de um espaço onde possamos fazer eventos culturais. Foi uma das promessas que não foi concretizada, e eu aceito, porque com a explicação que me foi dada tive que aceitar.

Como diz o Eng.º Carlos Maia se for feito o julgamento do que não foi feito nesta governação e o que foi feito nos largos anos de governação do PSD, certamente, Sr. Presidente da Câmara Municipal, pode ter orgulho naquilo que fez e o PS agradecer-lhe-á eternamente o seu empenho, a sua dedicação, não sendo o Senhor militante do PS.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“É inevitável que nesta altura se faça um pequeno balanço de mandato. Olhamos para trás e todos nós que aqui estamos, temos responsabilidades lá

fora e, de alguma forma, vemos o que fizemos e o que não fizemos, o que é que está por cumprir e o que não está por cumprir.

É inevitável pensarmos que quando aqui chegámos em 2009 havia um conjunto de problemas:

Havia dezasseis mil utentes do Centro de Saúde que não tinham médico de família, e este Executivo resolveu;

Havia o risco da ESTGOH sair de Oliveira do Hospital e perdermos o Ensino Superior, e este Executivo resolveu;

O Tribunal perdeu uma série de valências, e este Executivo resolveu;

Portanto, é com muita satisfação, e eu nunca pensei dizer isto, que eu vejo que o IC6 ainda não está concluído porque se não a oposição não tinha nada para dizer. E é isso que aqui se passa hoje.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal disse aqui uma coisa que eu já aqui tinha dito e que é o seguinte: O PSD não pode falar do IC6. Enquanto vocês foram poder não houve um centímetro que tenha sido feito por vocês. Esta é a carga que vocês transportam cada vez que fazem o porta, a porta, rua, a rua, neste Concelho porque essa responsabilidade é vossa. É vossa, com o Sérgio Monteiro a fazer campanha em Seia e a garantir o IC6. Esse ónus, essa canga é vossa.

Portanto, é um facto que o IC6 devia estar concluído e não há ninguém que tenha lutado mais por ele do que o Sr. Presidente da Câmara. É um facto!

É um facto que devia estar concluído, nós lutamos por ele todos os dias e sei que vocês de alguma forma também lutaram.

Agora, o PSD abandono-nos e, portanto, vocês virem, aqui, falar da falta de conclusão do IC6 é, quanto a mim, uma irresponsabilidade.

Aquilo que eu vejo e aquilo que eu tenho visto nestes últimos quatro anos é, a Câmara faz, a Câmara investe e a oposição vem, aqui, dizer mal. Apresenta poucos projectos e poucas ideias. Procura, e foi aquilo que vimos hoje, e eu estive a prestar bastante atenção às intervenções dos Srs. Deputados dos outros partidos, a oposição vem, aqui, à procura da pequena questão, do pequeno incidente e não vos vejo a fazer verdadeira alternativa. O vosso projecto para Oliveira do Hospital, a ser aquele que têm vindo a demonstrar nos últimos quatro anos, é um processo, de facto, de muito pouca construção e de muito pouco futuro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria fazer, aqui, uma pequena clarificação de uma situação da intervenção do meu caro amigo e Deputado Rui Fernandes acerca de situações na Freguesia de Nogueira do Cravo: A Estação Elevatória de Aldeia de Nogueira que alegadamente está a vazar detritos será num terreno particular porque, até ao momento, ainda não chegou nenhuma reclamação à Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo acerca dessa situação.

E a população, em geral, da Freguesia de Nogueira do Cravo sabe perfeitamente que quando quer um problema resolvido basta falar com o Presidente da Junta ou com algum dos Membro do Executivo. As pessoas sabem que o Presidente da Junta e o Executivo resolvem os problemas rapidamente e se forem da competência do Executivo da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo só não são resolvidos na hora se não der para ser. Se forem coisas que tenhamos de pedir auxílio à Câmara Municipal têm sempre acompanhamento até as situações serem regularizadas.

Repito, não chegou até ao momento nenhuma reclamação acerca do vazamento de detritos da Estação Elevatória de Aldeia de Nogueira. Já falei com colegas do Executivo e já estamos a tratar do assunto para verificar o que é que se está a passar.

Acerca dos Equipamentos de Ginástica de Manutenção no Parque Merendeiro do Senhor das Almas, é a concretização de um desejo da Junta de Freguesia que estava no Programa Eleitoral do PS e não foi concretizado antes devido a situações que se prendem com os incêndios porque estivemos a apoiar a população e depois veio a pandemia.

Entretanto o Grupo de Jovens do Senhor das Almas candidatou-se ao Orçamento Participativo Jovem para aquisição daqueles equipamentos e de outras infraestruturas para o Parque Merendeiro do Senhor das Almas. Aguardámos, na expectativa que pudessem vencer o concurso, e, como não venceram, a Junta de Freguesia adquiriu aqueles equipamentos. Está ali um investimento de cerca de três mil euros.

Pedimos ajuda à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Vereador Nuno Ribeiro, e o Executivo da Câmara Municipal, que muito tem feito pelo desporto no Concelho de Oliveira do Hospital e na Freguesia de Nogueira do Cravo em particular, apoiou-nos, e fizeram a montagem desses equipamentos.

Convido o meu amigo Rui Fernandes para esta presente no próximo domingo porque vamos abrir ao público aquela infraestrutura.

É uma obra da responsabilidade da Junta de Freguesia com a colaboração da Câmara Municipal.

Queria dizer também ao meu amigo Rui Fernandes que há uma injustiça que brevemente vai acabar no Senhor das Almas. Trata-se de uma quinta com uma população significativa onde está um lar privado, onde não existe saneamento. Em 9 de junho, na Reta da Salinha, na Quinta da Abrunheira, foi adjudicada a obra de Saneamento Básico e a Estação Elevatória da Quinta da Abrunheira com a colaboração de alguns particulares que vão ceder terreno para isso ser feito. E não é só na Quinta da Abrunheira, é também na Quinta da Mata em Nogueira do Cravo, também foi adjudicado no mesmo dia e à mesma empresa.

É com muita satisfação e orgulho que a Câmara Municipal levou a efeito esta nossa reivindicação que já vem desde 2013. Aquela população vai ver o fim de uma injustiça de muitos anos.

Finalmente vamos ter obra no Senhor das Almas, além de outras obras, nomeadamente o alargamento de ruas, alcatroamentos em vias estruturantes da Freguesia de Nogueira do Cravo e é com muita satisfação que a Câmara Municipal tem cumprido muito bem o seu dever, apesar de ter sido o pior mandato de todos os tempos e também para as Juntas de Freguesia, devido a uma série de circunstâncias como, por exemplo, os incêndios de 2017 e agora a pandemia.

Queria dizer também que os Membros do PSD da Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo teceram largos elogios à atuação do Executivo da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. São pessoas que estão atentas às coisas e a oposição também serve para fazer esse reconhecimento.

As pessoas da Freguesia de Nogueira do Cravo de um modo geral quando querem um problema resolvido basta falarem com o Presidente da Junta ou com outros Membros do Executivo porque dentro das suas humildes capacidades resolvem as coisas com grande celeridade.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais, gostava de deixar uma nota prévia, a nível pessoal, para aquilo que aconteceu na Escola Primária do Senhor das Almas e associar-me ao que o Vereador Nuno Ribeiro já disse nas redes sociais. Foi a escola onde

cresci, é o local onde tenho as minhas melhores memórias de infância, foi naquela escola que aprendi a ler e a escrever e, agora, é utilizada por uma Associação onde estão muitos amigos de infância e alguns camaradas de partido.

Quanto àquilo que aqui me trás, não me irei alongar acerca de discursos passadistas de um ciclo que está a acabar e de quem mais nada tem para oferecer.

O CDS-PP deixou bem patente nas suas intervenções, ao longo dos últimos quatro anos, um rumo alternativo, um projecto alternativo e, efectivamente, muita proposta política apresentada e alguma dela, até, aprovada nesta Assembleia.

É sabido que a grande causa do CDS-PP, nos últimos quatro anos, e ela tem sido apresentada perante a sua visão reformista recorrentemente reivindicada ao longo do mandato, a floresta.

Reiteramos, por isso, ao Executivo, a apresentação dos resultados do famigerado investimento de um milhão de euros na remoção de eucalipto e plantação de árvores autóctones. Os efeitos tardam em se fazer sentir, seja pela não redução de madeira ardida ou o crescimento de acácias.

Por conseguinte, e aproximando-nos de um novo verão e dos riscos elevados de incêndio, alguns deles já chegados a alguns Concelhos de Distritos vizinhos como o da Guarda, que tem uma floresta idêntica à nossa, perguntamos também ao Executivo, quais os mecanismos de prevenção que já foram postos em prática, nomeadamente aquele relativo às faixas de gestão de combustível junto das Estradas Municipais, que é competência exclusiva do Executivo, e cuja largura mínima deve ser de dez metros?

Por último, e porque esta Assembleia Municipal deve, como primeira competência, fiscalizar aquilo que o Executivo faz, solicitamos ao Executivo algumas conclusões quanto à proposta aprovada, há exactamente nove meses, nesta Assembleia, por todo o espectro político aqui presente, desde o PS ao CDS-PP, subscrita pelo Deputado André Pereira.

A triste paisagem de acácias e mato por todo o Vale do Alva indicia que, tal como Mário Soares fez ao socialismo, o Partido Socialista, talvez este Executivo se prepare para colocar essa proposta na gaveta.

Certo é, que a análise pedida ao agravamento de IMI a prédios rústicos abandonados, faz com que o Executivo deva satisfações a esta Assembleia, antes da fixação anual da taxa de IMI.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por dizer que, o facto, talvez, de realizarmos esta Sessão da Assembleia Municipal na Casa da Primeira Infância de Oliveira do Hospital, poderá levar à tentação de alguns fazerem pequena política, pequenina política, pequeníssima política. E tem-se visto, aqui, efectivamente, algumas intervenções em que é isso que tem acontecido. Muito pequena política, mesmo. Imagino que será do espaço! Com certeza, imagino que será do espaço!

Não falarei em relação ao IC6. O meu ilustre colega João Ramalhete já o disse, e, curiosamente, utilizando uma expressão que eu próprio pretendia utilizar. Portanto, não falarei muito mais sobre isso.

Mas, não deixarei de lembrar o Sr. Deputado João Brito, não a propósito do IC6, porque isso é assunto muitíssimo bem arrumado pela Sra. Presidente da Mesa da Assembleia e pelo João Ramalhete, mas a propósito das obras de arte e da homenagem à Mãe.

É preciso ter algum topete para chegar, aqui, e se insurgir contra aquela obra, pelo valor que foi feita, e não se lembrar que o seu mentor político, quando era Presidente do Executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, adjudicou o projecto de execução e a instalação de, pelo menos, oito monumentos, estátuas, estatuetas, a um único artista e elas cá estão e continuam. Estranhamente, isso, passou-vos da cabeça.

O extraordinário é que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, adjudicou, vejam bem, a alguém que até é do partido Socialista, não me parece que isso fizesse parte do Caderno de Encargos, devo dizer, mas, adjudicou àquele em concreto, além do mais, uma homenagem à Mãe. É uma coisa verdadeiramente extraordinária! Como se estivesse ali o rombo financeiro, não do Concelho, mas do País.

De facto, às vezes, esquecemo-nos de determinadas coisas ou fazemos por nos esquecer!

Também não posso, e custa-me, de facto, custa-me, ter que falar, aqui, de uma situação que não foi colocada por um Deputado Municipal mas por um Presidente de Junta e, obviamente, o Presidente de Junta da União das Freguesias de onde eu resido.

Estranho, e estranho, mesmo, que alguém venha, aqui, três meses antes das eleições dizer o seguinte: “Quando eu tomei posse, tinha na minha Freguesia uma obra que já estava, até, terminada. Feita pelo Executivo anterior que não era do meu partido, era do vosso. Em quatro anos eu não consegui que

esta obra fosse terminada, que esta obra fosse disponibilizada aos meus fregueses e a culpa é vossa.”

Quatro anos? Mas isto diz respeito unicamente à Casa de Campo, e eu estava a fazer uma retrospectiva e pensei: Então qual é que será a justificação para a Biblioteca?

A Biblioteca de Santa Ovaia também é uma instalação e uma infraestrutura que foi concluída no anterior mandato da Junta de Freguesia e sei que no primeiro período de confinamento não estava sequer a ser utilizada e foi utilizada para fazer isolamento de pessoas que estavam infetadas no Lar de Santa Ovaia. Depois disso não sei o que foi feito.

Agora, também foi a Câmara Municipal que determinou que aquela obra não fosse entregue, não fosse terminada, não fosse paga, não fosse colocada à disponibilização dos fregueses?

Isto, eu estranho! E depois, estranho, sobretudo, que seja em quatro anos!

Em quatro anos não falhei a uma Assembleia Municipal, e podemos verificar nas atas, e nunca ouvi o meu amigo Bruno Amado vir aqui e dizer isto ao Sr. Presidente, nunca!

Eu, se tivesse uma obra, acabada, pronta a ser utilizada pelos meus fregueses no momento em que eu tomo posse, e se, durante três anos e nove meses, não digo nada, e venho aqui três meses antes das eleições, dizer.

O que é que eu estou a demonstrar?

Duas, ou três, coisas: Primeiro, incapacidade; Segundo, inércia; Terceiro, e mais grave, oportunismo político.

Agora, há uma coisa que eu também vos digo e termino com isto: Eu vivo, efectivamente, na União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, admito que por realização de novos projectos, pagamentos e execução de novas obras, o Executivo não tivesse tempo para dar atenção, nomeadamente, a estas questões.

O meu problema, é que e também vos digo: No lugar onde eu vivo, Vila Pouca da Beira, o Executivo atual fez uma coisa. Efectivamente, fez uma coisa, em quatro anos. Uma obra e um projecto. A homenagem às vítimas dos incêndios. Não vi, em quatro anos, um único projeto, além deste. Em Santa Ovaia, que eu saiba, também não existiram.

Não percebo o que é que fizeram durante quatro anos!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Pedia a vossa colaboração porque tenho necessidade de sair às sete horas e estou muito limitado no tempo, depois, ficará na Assembleia Municipal o Sr. Vice-Presidente, José Francisco Rolo, para vos prestar os devidos esclarecimentos.

Quero dar-vos a seguinte nota: O Deputado João Brito gosta de atirar a pedra e, depois, vai-se embora e gostaria de lhe dizer algumas coisas quando ele estivesse presente.

Passo a responder rapidamente a algumas questões e quero dizer ao Presidente da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe, o seguinte: O problema da SONAE-Indústria é complexo. Temos que defender e salvaguardar os legítimos interesses da população e, depois, também temos consciência que a fábrica tem que funcionar dentro das regras ambientais. A fábrica tem que funcionar neste paralelo.

Na altura dos incêndios foi posto em causa o fecho da SONAE-Indústria e, pergunto-vos, se a SONAE-Indústria fechasse, o que é que iam dizer? Iam dizer que o Presidente da Câmara não fez nada para cá ter os postos de trabalho.

Isto é uma coisa difícil. Eu fui testemunha do Eng.º Belmiro de Azevedo em uma negociação para comprar o campo de futebol de São Paio de Gramaços para fazerem parques de estacionamento e nunca se chegou a acordo com a Direção da Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense e, isso, complicou as coisas.

De vez em quando tem havido uns problemas com as partículas, os moradores fazem queixa, e, agora, aparece um problema com o estacionamento dos camiões TIR naquele troço da estrada entre São Paio de Gramaços e a Estrada Nacional 17.

Realmente temos ali um problema e eu tenho estado a falar com o Diretor da empresa para tentar solucionar o problema. E há aqui duas hipóteses: Uma delas era colocarmos um sinal de trânsito proibido a veículos pesados e o problema estava resolvido, ou, então, determinar só um sentido, de baixo para cima, mas teremos também de dar oportunidade onde é que aquelas empresas vão colocar os seus TIR.

Também alertado pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, também estou a fazer o que se tem de fazer tal como foi das partículas. Os moradores tinham razão, é preciso perceber porque as pessoas não podiam deixar roupa cá fora.

Eles em termos de impacto ambiental têm muitas denúncias e têm fiscalizações da Agência Portuguesa do Ambiente até no próprio saneamento, mas é desta dicotomia entre as duas partes que nós temos que ter um equilíbrio.

Houve um investimento de modernização desta empresa de cinquenta milhões de euros, após os incêndios, e devemos também ter isso em conta.

Por isso, aquilo que nós devemos é tentar encontrar soluções num clima de diálogo entre as partes pacificando porque, se por um lado, os moradores têm razão em muitas coisas, mas, por outro lado, a empresa também é fundamental, na minha opinião, para o desenvolvimento do Concelho de Oliveira do Hospital.

Por isso, estamos a fazer o caminho de diálogo e convido o Sr. Presidente da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços para as próximas reuniões que eu tiver com o Diretor da empresa de me acompanhar para encontrarmos soluções.

Temos estudado a possibilidades de resolução deste problema e o mais importante era haver um parque de estacionamento onde os TIR estivessem devidamente acomodados e à espera da sua vez. Esta é a reivindicação da Câmara Municipal em defesa daquilo que é a segurança das pessoas que atravessam aquela via.

Quero também agradecer ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe, a limpeza das bermas. É uma das Juntas de Freguesia que se preocupa em fazer a limpeza das bermas e que alocam uma verba significativa para ajudar no trabalho complementar.

Hoje, é impossível, meus caros amigos, a Câmara Municipal sozinha e, por si, ter capacidade. Nós temos neste momento a decorrer um concurso para mais sapadores, serão realizados os testes psicotécnicos na próxima semana na Universidade de Coimbra, numa tentativa de melhorarmos essa parte. Já temos vindo a contratualizar empresas, mas neste momento ainda temos dificuldades para chegar a todo lado. As bermas das estradas principais têm duas limpezas por ano.

Quero dizer, e é um reconhecimento, a Câmara Municipal não tem capacidade para fazer a limpeza das bermas em todas as Estradas Municipais do Concelho se não tiver a colaboração e uma reorganização nova com as próprias Juntas de Freguesia.

Precisamos de um modelo diferente daquele que nós temos e foi, por isso, que até apoiámos a aquisição de alguns tratores para que as Juntas de Freguesia pudessem fazer esses trabalhos nas suas Freguesias, debitando legitimamente à

Câmara Municipal os quilómetros que fazem e que serão pagos através de uma tabela que temos.

Também acho que no próximo mandato terá de haver uma nova visão, até porque vai haver descentralização de competências e vai haver dinheiro que vai deixar de vir para as Câmaras Municipais e que vai entrar diretamente nas Juntas de Freguesia.

Por isso, há aqui um novo passo importante e nós demo-lo com a descentralização de competência nas Juntas de Freguesia e com a atribuição de subsídios.

Agora, já que o Sr. Deputado João Brito já chegou, eu gostava de dizer o seguinte, sobretudo a dois Deputados, para o Eng.º Rafael Costa e para o Eng.º João Brito que é Presidente da Comissão Política do PSD: Pergunto há quanto tempo é que os dois estão nesta Assembleia Municipal comigo como Presidente da Câmara Municipal? Estão, pelo menos, há mais de dois mandatos, e acho que “a vossa música e a vossa letra” é sempre a mesma, não evoluiu nada e vou dizer-vos porquê. Porque demonstra uma demagogia enorme, demonstra uma incapacidade de reconhecimento ao trabalho que foi feito, e demonstra uma partidarite aguda, com os destinos do partido muito à frente dos interesses do Concelho, e vocês fazem isso como ninguém. E fazem bem, esse é o vosso caminho.

Mas vocês tiveram uma experiência. Já passamos por dois atos eleitorais juntos. Qual é que foi o vosso resultado? Qual foi o resultado dessa vossa fórmula de fazer política? As pessoas avaliaram.

Como estou na penúltima Assembleia Municipal também vos digo: Levo todos os outros Deputados a sério mas, a vocês os dois, e devido a essa demagogia, não vos posso levar a sério, ou reajustar algum caminho, porque não vale a pena, devido às vossas críticas, porque elas não são politicamente honestas. E não estou a pôr em causa a vossa honestidade como pessoas, até porque tenho estima pelos dois mas, não posso deixar de dizer, isto, porque o vosso discurso é de um completo não reconhecimento àquilo que se fez.

Digo já ao Eng.º João Brito: Sabe porque é que algumas obras derraparam e no vosso tempo isso não acontecia?

Vocês têm um passado que querem sempre apagar. No vosso tempo as obras não derrapavam porque elas não existiam.

Todos nós sabemos que o problema da Zona Industrial, por exemplo, foi um problema em que os interesses da Câmara foram sobrepostos aos interesses de um particular que queria um milhão de euros por onze mil metros quadrados

de terreno, e, como não conseguimos chegar a acordo, chegámos a acordo com todos, menos com um, tivemos que expropriar o terreno. Enquanto o processo decorria, tivemos que suspender os trabalhos. Agora, a empresa diz que está a acabar uma obra e, enquanto não a acabar, não regressa para a obra da Zona Industrial, e é legítimo.

Já falámos, aqui, sobre o IC6, mas deixem-me dizer, o IC6 é um desígnio deste Executivo Municipal e deste Presidente e, enquanto eu cá estiver, será uma luta que terei.

Ainda nos havemos de encontrar depois desta passagem, havemos de nos encontrar na rua, mas eu peço-vos que no dia em que o IC6 estiver feito, os Senhores que muito me criticaram, aqui, e que acham que é um oportunismo político por causa das eleições, que tenham a coragem de me dizer: Fui injusto nas críticas que lhe fiz porque não acreditava mas você conseguiu.

Se o IC6 não for construído até 2026 sou eu que vos peço desculpa quando vos encontrar.

Quero dizer-vos que o IC6 esteve a concurso e concorreram onze empresas. Ganhou o concurso uma empresa de Cabanas de Viriato, e ganhou com um preço excessivamente baixo. As Infraestruturas de Portugal pediram explicações porque acham que a empresa não tem capacidade para fazer a obra porque sabem que é um projeto altamente complexo.

Acreditamos que pediram explicações à empresa para verem se realmente a empresa tem condições para executar a obra.

Qual é que vai ser o problema? O problema é só um. É o problema dos concursos públicos. As Infraestruturas de Portugal já têm consciência que se retirarem a empresa que ficou em primeiro lugar no concurso, eles vão para Tribunal, e sabem, se entregarem à empresa que ficou em primeiro lugar, e devido ao preço excessivamente baixo, a empresa que ficou em segundo lugar, vai para Tribunal. Isto é mais um problema para o IC6.

Estávamos com o medo que não houvesse empresas a concorrer mas concorreram onze empresas e, algumas, com grande experiência.

Dizer ainda, a propósito da Resolução de Conselhos de Ministro, que foi aqui referida, o seguinte: O Secretário de Estado das Finanças já não tem palavra sobre a Resolução de Conselhos de Ministros porque a Resolução de Conselhos de Ministros tem mais autoridade que o Ministro das Finanças.

Não vele a pena estarmos, aqui, a referir o passado. O que vale a pena é termos, todos, consciência e reconhecer qual foi o papel deste Executivo, do seu Presidente, e da Sra. Presidente da Assembleia Municipal. Até, porque, tem sido

a Sra. Presidente da Assembleia Municipal que tem feito os contactos com as Infraestruturas de Portugal, derivado a uma relação de amizade que tem com o Sr. Presidente das Infraestruturas de Portugal, Eng.º António Laranjo. Eu não tenho essa relação de proximidade.

Temos que acreditar e Oliveira do Hospital já deveria ter este IC6 há muitos anos, e não teve.

Vocês sabem que o PSD também prometeu o IC6.

Depois, a propósito da pintura no Depósito de Água, queria dar-vos a seguinte nota: Houve uma candidatura de iniciativa da Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos, que trouxe a Oliveira do Hospital oitenta artistas plásticos de seis países diferentes, durante três dias, mas, como estava a chover houve algumas coisas que não puderam ser feitas, nomeadamente aquela pintura no Depósito de Água.

Para a realização desta iniciativa a Câmara Municipal tem um protocolo de colaboração com a Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos.

Esta é que é a verdade, até porque os protocolos são públicos e todos o podem consultar.

Com a vinda destes oitenta artistas plásticos de seis países diferentes, a Câmara Municipal gastou três mil e seiscentos euros, neste protocolo, porque a candidatura tem a participação da Direção Geral das Artes.

Com esta candidatura conseguiu-se trazer oitenta pessoas e pagar três mil e seiscentos euros para divulgar o Concelho.

Dizer, ainda, que tive muito pouco a ver com isto e foi a Sra. Vereadora, Graça Silva, que fez um excelente trabalho com três mil e seiscentos euros e conseguimos ter, aqui, oitenta artistas plásticos consagrados de seis países diferentes e quero dizer-vos que alguns já têm voltado a Oliveira do Hospital.

A propósito do Monumento da Mãe, dizer o seguinte: O Sr. Vereador, João Paulo, é testemunha disto. O pré-projeto esteve na minha mão cerca de três anos, antes de decidirmos. Levei o pré-projeto a reunião de Câmara só para pedir opinião e disse o seguinte: Só se estivermos todos de acordo é que eu lanço isto, e o preço ainda não estava bem delineado.

Se me perguntarem se eu acho que foi muito dinheiro, eu vou dizer que acho que sim. Se acham que eu gosto daquela obra e me apaixonei, eu acho que foi um gesto. Percebo perfeitamente as críticas quando se diz que se gastou cinquenta mil euros naquilo. Não deixo de ter consciência disso, até porque demorei estes anos todos mas aquele preço nunca o consegui negociar e nunca o consegui baixar.

Mas, digo-vos uma coisa, e, digo-vos isto com honestidade: Não partiria satisfeito, se não tivesse feito aquele Monumento, mesmo sofrendo este tipo de críticas e podendo até serem justas, mas, garanto-vos uma coisa, não houve nenhuma promiscuidade política com este artista porque, e deixem-me dizer, na Guarda, o Álvaro Amaro, que é do PSD, adjudicou-lhe um Monumento aos Combatentes, por duzentos mil euros. Eu não estou a criticar o Álvaro Amaro, porque cada Câmara tem a sua dimensão.

O artista, na minha opinião, tem valor.

A aquisição deste Monumento da Mãe foi uma opção e as nossas opções também não são todas certas e eu não quero ser um Presidente especial. Com certeza, eu e o meu Executivo, tivemos opções melhores e mais certas e outras opções menos certas, isso, é natural mas, deixem-me dizer com verdade, nunca foi por falta de empenho e nunca foi por falta de interesse.

Há uma coisa que eu vos tenho que dizer, este Executivo e o seu Presidente, nunca tiveram negócios com ninguém. Somos gente séria e não precisamos de dizer que somos gente honesta porque essa é a nossa obrigação. Tivemos treze, ou catorze, inquéritos e foram todos arquivados porque nós não temos negócios com ninguém. Nós defendemos sempre os interesses públicos e os interesses da Câmara Municipal, havendo, às vezes, opções que podem não ser as melhores mas, é da vida, porque, se não, seria sinal que não fizemos nada.

Até porque é verdade que o Presidente anterior, e o Dr. Rui Monteiro já respondeu, o Presidente da Câmara Municipal anterior só teve um artista, não sei de que partido era mas sempre foi ele que fez todas aquelas peças.

Peço desculpa se não responder a todos.

O Deputado João Brito há tempos numa Assembleia disse-me para eu não me desculpar com os incêndios, com a pandemia e eu respondi-lhe, na altura, e não lhe vou responder agora.

Relativamente à pandemia, foi aberto agora um programa para que as Câmaras Municipais se possam candidatar a despesas que tiveram até cento e cinquenta mil euros onde vão entrar aqueles ventiladores e também vão ter financiamento, está lá na abertura que poderiam as Câmaras comprar ventiladores para cederem.

Relativamente às reivindicações de algumas obras, uma estrada que me preocupa bastante é a estrada entre Avô e Pomares que foi referida pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô, José Carlos. Com as chuvas era possível que aquilo ficasse cortado e as pessoas tivessem que andar quilómetros para irem a Pomares mas tivemos que ir administrando aquilo conforme era

possível. Mas é verdade que está a ser feita é verdade, meus caros amigos, que aquilo custou cem mil euros e também ainda não tivemos apoios.

Por isso, se juntarmos as obras todas nós gastámos muito dinheiro devido aos furacões e às chuvas e não foi só com os incêndios nem com a pandemia e não é para nos desculpabilizarmos.

Há uma coisa que eu tenho dito, bastou até estarmos concentrados em muitas coisas e, às vezes, houve desfocagem da nossa parte, uma pessoa tem também que ser honesta e dizer, se calhar poderíamos ter feito outras coisas, outras opções. Eu reconheço isso, não tenho problemas nenhuns de admitir isso. Não quero ser melhor, nem pior, do que os outros, mas houve uma certa desfocagem. Também muitos problemas na Seção de Obras Públicas com dois e três Engenheiros em casa. Há Engenheiros também altamente sobrecarregados com catorze obras, é uma coisa inacreditável, e eu quero agradecer a esses Engenheiros, essa disponibilidade sempre para ajudarem.

Este mandato foi muito complicado e muito complexo.

Se não levassem a mal ficava por aqui a minha intervenção. A quem não respondi eu peço desculpa mas, como disse, estou limitado com o tempo. Penso que dei uma satisfação e também não estou para entrar em guerras com ninguém, não é o meu espírito. O meu espírito é acabar o meu mandato tentando fazer o melhor, que foi o grande compromisso que eu fiz com o povo Oliveirense, tentando fazer o melhor e tentando, agora, ainda acabar o mandato e fazer algumas coisa que faltam fazer, sabendo que nunca farei tudo nem nunca faremos tudo sozinhos.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia e dadas as respostas parece-me que era melhor, após a apresentação e discussão do Ponto I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, entramos, logo, nos Pontos V e VI, que são as contas, e onde é suposto haver mais discussão enquanto as pessoas ainda estão mais frescas, porque realmente, depois, os outros Pontos são mais pacíficos.

Ponho à vossa consideração fazer esta mudança na sequência dos Pontos da Ordem do Dia.

Alguém vota contra a proposta de mudar a sequência dos Pontos da Ordem do Dia, que vos acabei de referir e que justifiquei?”

Efetuada a votação, a proposta para mudar a sequência dos Pontos da Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui pronunciar-me sobre as actividades do Município, e tenho pena que não esteja, aqui, um Deputado do PSD, porque quero dizer o seguinte:

As opiniões, são opiniões, e é a manifestação das opiniões que fazem com que a democracia se consolide e é um exercício normal de democracia mas, há fatos concretos que nos permitem dizer ou ajuizar quando estamos, ou não, perante um número político.

O Deputado João Brito veio fazer, aqui, uma intervenção sobre o IC6, sem nunca referir uma Resolução do Conselho de Ministros, sobre a qual já, aqui, foi falado.

Onde é que está a prova de que isto é um número político? Está, exactamente, na página número quatro deste Ponto I de informação. Lá, é dito claramente que o Sr. Presidente da Câmara Municipal teve uma reunião com o Ministro das Infraestruras e identifica a Resolução que foi aqui tão falada.

Não sendo de esperar que o Deputado João Brito ou que os deputados do PSD andem todos os dias a consultar o Diário da República é, pelo menos, exigível que leiam o documento que a Câmara Municipal entrega.

Esta Resolução não foi referida em nenhum momento.

Portanto, podia-se ter qualquer opinião sobre ela mas havia uma obrigação de a identificar porque se não, isto, é um número político em que apenas quer passar uma ideia de que o IC6 não está feito e que nunca vai ser feito e que, isso, é culpa do PS. Isso, é absolutamente injusto e é um número político. Tanto é um número político que aquilo que o prova é o Comunicado de Imprensa que o PSD fez há uns tempos atrás.

Estou a dizer que este Ponto é relevante porque o documento prova que aquilo que o PSD fez aqui é um número político porque, se não foi um número político, é incompetência.

Agora, isto já não é novo! Aquilo que o PSD fez foi um Comunicado para a Comunicação Social, falando do IC6, sem nunca dizer que o Governo já tinha aprovado uma Resolução em Conselho de Ministros.

E devo dizer o seguinte: Se não é número político, é incompetência. Este tipo de política faz tanta falta ao Concelho como uma gaita num funeral.

Ainda no âmbito da actividade do Município, quero agradecer à Câmara Municipal e, em concreto, ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, que remeteu a esta Assembleia Municipal um Relatório de Atividades da CPCJ no ano de 2020. É muito importante percebermos como as nossas crianças e jovens estão a ser acompanhadas.

Ainda não tive tempo para analisar o documento a fundo mas queria destacar três pontos: Há de fato um aumento em 2020 de trinta e seis novas situações de perigo face a 2019 e o relatório identifica que isso tem a ver com o confinamento do Covid.

Há uma manifesta importância da escola pública na sinalização das situações de perigo.

E, depois, ainda um outro ponto que eu considero muito importante da ação da CPCJ que, de facto, deve merecer a nossa atenção e a nossa apreciação. Há uma primazia das medidas em meio natural de vida junto dos pais para as crianças. Ou seja, quando se intervém junto das crianças privilegia-se sempre o seio familiar e, isso é muito importante, e gostaria de destacar.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção é apenas e só para clarificar o seguinte: Tiago, eu tenho consideração por ti, não penses que isto é um número político, mas, há, aqui, coisas que eu acho que devem ser feitas.

Se há um Período de Antes da Ordem do Dia é, aí, que podemos dizer o que queremos.

Neste Ponto I é para debater um tema em concreto e puxas-te o tema do IC6. Não se trata de seriedade, ou não, do PSD. A intervenção que o João Brito fez é relativamente a um contexto.

Aquilo que tu disseste não tem nada a ver, porque a Resolução do Conselho de Ministros, não saiu antes do PSD ter feito o Comunicado, e saiu depois. Isso é um erro, uma falha, é mentira e, isso, sim, é uma intervenção política.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Quando o Deputado Tiago Martins fez um comentário sobre uma matéria que vem aqui referida, eu achei pertinente.

Como acontece outras vezes em que é apresentado este documento, que é obrigatório, sobre as actividades mais relevantes do Município, e tem havido outras alturas em que deputados das várias áreas intervêm.

Até vos digo honestamente, tenho-me questionado várias vezes porque até intervêm de menos neste Ponto I. Revelam, se calhar, pouca curiosidade e pouca necessidade de aprofundamento.

O Deputado Tiago Martins falou e foi muito pertinente o que ele disse porque revelou, apenas, que efectivamente não houve muita preocupação em ler uma coisa que estava aqui explicita.

Ainda para mais, o Sr. Deputado João Brito, não se pronunciou sobre o tema e pronunciou-se o Sr. Deputado Rui Fernandes, porquê? Não estou a perceber!”

De seguida foram apresentados em simultâneo os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei nº 6-D/2021, de 15 de janeiro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2020.

Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2020.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Trazemos a esta Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas e o Relatório de 2020.

As contas que aqui apresentamos são contas de rigor que também têm um princípio subjacente. Não houve ano nenhum em que gastássemos mais do que aquilo que tivemos como receita. E, isso, vê-se no mapa de equilíbrio orçamental, onde podem verificar o valor das amortizações, das receitas de capital, o saldo de gerência e as despesas de capital. Este mapa é muito importante e é obrigatório.

Podemos também ver que no ano anterior transitámos com um determinado saldo e este ano voltamos a transitar com um determinado saldo.

Também quero deixar esta nota: Nós deixaremos menos dívida do que aquela que nós tivemos.

Estas contas mostram um equilíbrio financeiro e mostram rigor.

As receitas de capital baixaram extraordinariamente por causa da não execução de obras por terem parado. Baixaram de três milhões, trezentos e quarenta e um mil euros, para um milhão, seiscentos e sessenta e três mil euros.

São sobretudo obras participadas, nomeadamente a Casa da Cultura, a Escola Secundária, a Casa Amarela. Se as obras não tivessem parado estas seriam as melhores contas de sempre do Município de Oliveira do Hospital.

O que é positivo nas contas: Quando chegamos às despesas, há um conjunto de vendas de bens e serviços, que baixaram significativamente, que tem a ver com a água, com os descontos que foram feitos na água, em cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Isto tem a ver com as tarifas sociais.

Tenho aqui um quadro que vai mostrar claramente como é que está o Concelho, falarei mais à frente sobre isso.

Também têm nos documentos um gráfico onde se vê nitidamente o que é a gestão da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal depende das Transferências do Estado em 86 %. 14 % são Receitas Próprias.

Isto demonstra claramente que se eu fosse Presidente da Câmara Municipal de Cascais ou de Oeiras que eu tinha receitas próprias de IMI, IUC e IMT de 90 % e as Transferências do Estado de 10 %.

Isto quer dizer uma coisa: Quem estiver à frente da Câmara Municipal tem que ter juízo por causa destes dados, porque depende de uma verba fixa e sem grande aumento de receita e com pouca dependência da receita própria.

Acho que é uma lição que também fica, aqui, da minha gestão para quem fica à frente dos destinos da Câmara Municipal.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção vai cingir-se simplesmente ao seguinte: Estive a ver com muito cuidado as contas que nos foram comunicadas bem como toda a tramitação feita e a comunicação feita pelo ROC.

Acerca da situação financeira e acerca daquilo que o ROC se pronunciou sobre a situação financeira eu tenho a dizer o seguinte: A Câmara realmente tem

uma situação financeira muito boa porque se analisarmos a situação líquida, ou seja, o ativo e o passivo, há uma grande diferença entre o ativo e o passivo. O ativo é muito superior ao passivo e isso quer dizer que a Câmara Municipal navega em águas calmas, tem uma situação muito boa e onde a capacidade de endividamento que é demonstrada nestas contas respeitantes ao ano de 2020 é uma capacidade muito grande.

Portanto, a Câmara Municipal financeiramente está bem é o que nos diz a demonstração de resultados do ano de 2020 e era isso essencialmente que eu queria dizer.

Não vou analisar conta a conta, estou a falar na generalidade e aquilo que li e aquilo que apreciei, acho que a Câmara Municipal está numa boa situação, é uma situação sólida e, por isso, dou os parabéns a este Executivo.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Agora venho fazer uma coisa que nem costumo fazer muito e que é pronunciar-me sobre contas.

Quero fazer dois ou três apontamentos muito rápidos. O primeiro apontamento é para fazer uma apreciação política clara. É uma coisa extraordinária, nós ouvimos uma oposição durante toda uma Assembleia, durante todo um ano e durante todo um mandato a dizer mal da gestão da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital mas, hoje, neste momento em que estamos a discutir o Ponto V da Ordem do Dia desta Assembleia Municipal, e que tem a ver com a questão das contas, a única intervenção do PSD, feita pelo Sr. Deputado João Esteves é lapidar. Mas é lapidar não é para a Câmara Municipal, não é para o Executivo, é para a oposição que aqui sempre disse mal.

Mais uma vez, digo, até hoje, creio que estive em todas as Assembleias Municipais do mandato, estive em todas as Assembleias Municipais onde houve apreciação e votação de contas, e aquilo que o Sr. Deputado João Esteves aqui disse, hoje, foi o que disse sempre: A situação financeira da Câmara Municipal é uma situação muito boa.

Creio que às vezes alternou o adjetivo, muito boa, com o adjetivo, excelente, mas a apreciação foi sempre esta.

Quando objetivamente alguém que aqui vem e que analisa números e vem dizer a situação financeira da Câmara Municipal é uma situação excelente e quando isto vem da bancada da oposição, pouco mais há a dizer.

Depois, relativamente a esta questão, referir duas ou três situações que me parece que são importantes de ressaltar. A primeira situação, já o Sr. Presidente da Câmara Municipal falou nela, é a questão das receitas de capital, e de ter havido, efetivamente, um decréscimo de cerca de um milhão e oitocentos mil euros, relativamente a receitas de capital de 2019 para 2020.

Efetivamente a Câmara Municipal neste ano de 2020 teve um milhão, seiscentos e sessenta e três mil euros de receitas de capital mas, curiosamente, se formos analisar a evolução da despesa executada verificamos que as despesas de capital foram de cinco milhões, seiscentos e oitenta mil euros.

Ora, isto terá forçosamente e objetivamente sem números, que não sejam os que estão espelhados no Relatório, elogiado na sua execução e gestão pelo Sr. Deputado João Esteves e devidamente certificado pelo ROC, venho-vos dizer o seguinte: Este Executivo Municipal no passado ano alocou de receitas correntes transformando-as em despesas de capital cerca de quatro milhões de euros. Apercebem-se da dimensão disto? Houve uma transferência de receitas correntes para despesas de capital de quatro milhões de euros. Investimento, meus amigos, obra feita. Se isto não é uma boa gestão Camarária, então não sei o que é!

Depois, uma outra questão que, também, por vezes, passa despercebida e que tem a ver com algumas considerações de várias pessoas que têm vindo a público, nomeadamente pessoas com responsabilidade na candidatura autárquica do PSD às próximas eleições, e que vêm dizer este Concelho é um Concelho parado, é um Concelho depauperado, é um Concelho pobre, é um Concelho que está cristalizado no tempo, que está em recessão.

Meus Senhores, eu chamo a atenção, gostava que fossem, se assim entendessem, ao quadro que nos fala da evolução dos impostos diretos.

Da evolução dos impostos diretos conseguimos retirar três coisas importantes e duas delas, do meu ponto de vista, extraordinárias.

Primeiro: Em 2019, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, teve uma receita de IMI de um milhão, setecentos e noventa e três mil e setenta e nove euros. Em 2020, teve uma receita de IMI de um milhão, novecentos e quatro mil, setecentos e dezasseis euros.

Quer isto dizer, mais cento e dez mil euros, aproximadamente, relativamente ao ano anterior.

Todos sabemos o que é o IMI. O IMI é o Imposto Municipal sobre Imóveis, ou seja, são os impostos que os Municípios pagam pelo facto do seu património imobiliário.

Ora, curiosamente, parece que o património imobiliário do Concelho cresceu. Supostamente para um Concelho que está parado, cristalizado e a morrer, quando a receita de um imposto sobre os bens imobiliários cresce isso deve dizer alguma coisa.

Mas o problema é que esta receita não é a única a crescer em termos de impostos diretos. O Imposto Único sobre Veículos passou de quatrocentos e dezoito mil euros para quatrocentos e cinquenta mil euros, ou seja, também cresceu.

Mas, se calhar, o mais importante, meus senhores, quando se diz que este Concelho está a ficar deserto e que não existe cá nada que fixe o que quer que seja, é o aumento da receita de IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis que em 2019 foi de trezentos e dez mil e oitocentos euros, aproximadamente, e em 2020 foram de quatrocentos e vinte e quatro mil e novecentos e oito euros.

Quer isto dizer o quê? Quer isto dizer que as transações de imóveis em Oliveira do Hospital de 2019 para 2020 cresceram do ponto de vista fiscal mais de 1/3. Se isto acontece num Concelho que está parado, cristalizado e morto, imaginem o que acontecerá se este Concelho fosse vivo, pulsante e estivesse na liderança da Região Centro e do País.

Muito obrigado pelas contas que apresentam mas sobretudo muito obrigado pela gestão que fizeram e que deram origem aos relatórios e às certificações que hoje, aqui, de certeza aprovaremos por unanimidade. Porque, se assim não for, será mais um número político.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar só uma nota ao Deputado Rui Fernandes, a propósito da intervenção dele: O Sr. Deputado Rui Fernandes também podia ter dito uma coisa. Era ter dado os parabéns ao Presidente derivado ao apoio à obra da Irmandade do Senhor das Almas e podia ter dito que estamos a fazer um trabalho conjunto e que acho que dignifica a própria Irmandade.

Também quero dizer que o PSD votou contra aquela obra, e não foi o Vereador Eng.º João Paulo, porque não estava lá, foi a Vereadora que representou o PSD.

O PSD votou contra uma obra da Irmandade do Senhor das Almas e o povo do Senhor das Almas também deve saber.

Relativamente àquilo que o Deputado Rui Monteiro acaba aqui de dizer quero dizer o seguinte: Sonhei que estas contas seriam as melhores de sempre de todos os meus mandatos.

O que falhou, não foi pela inércia da própria Câmara Municipal, foi por causa de problemas das empresas, e nós percebemos, e o Deputado Rui Fernandes também sabe, se a empresa dele também estiver agora com um problema no Campos Educativo, que a Câmara Municipal para, depois, pôr aquilo a andar, e com os processos no Tribunal, é muito difícil. Como tivemos que fazer na Escola Secundária, que tirámos através do Tribunal, e, isso, demora tempo.

Por isso, se temos aqui um milhão e seiscentos mil euros, teríamos uma área de investimento de três milhões e meio de euros.

Agora vejam, três milhões e meio mais quatro milhões, e nós teríamos feito em investimentos de capital à volta de sete milhões e meio de euros e modificaria ainda melhor, tendo um relatório bom de contas ainda seria melhor.

Isso não há dúvidas nenhuma, estes contratemplos não foram bons e, depois, temos também a pandemia e uma série de circunstâncias que nos prejudicaram, porque se assim não fosse, eram, de longe, as melhores contas de sempre de qualquer Executivo que tenha passado na Câmara Municipal.

Podem ver no Relatório de Contas que o IMI tinha vindo a baixar porque nós baixamos o IMI de 0,35 % para 0,34 % e fizemos também aquelas reduções em função do número de filhos e, por isso, o IMI baixou. Mas, o IMI está com as mesmas regras, e desde 2019 para 2020 aumenta a receita. Aumenta a receita porquê?

Como aumentou o Imposto Único de Circulação, como aumento o Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis.

O Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis tinha que aumentar por uma razão porque o IMI teve maiores edifícios que pagaram IMI e por isso, o Concelho encontra-se a crescer, e bastaria falar aí com os construtores e perguntem-lhes como é que está a funcionar o mercado em Oliveira do Hospital. Têm quase tudo vendido.

Por isso, quero dizer que houve aqui um bom desempenho e o Deputado João Esteves disse-o muito bem, que se vê no passivo e no ativo.

A Câmara Municipal hoje tem um endividamento que também está aí referido no Relatório.

Depois existe outra coisa que é importante e também está aí no Relatório. O prazo de pagamento que a Câmara Municipal tem é de quatro dias e meio e

está na última publicação da DGAL. A determinação deste prazo tem uma fórmula matemática e não é assim tão linear.

Quero dizer ainda o seguinte: Uma coisa que sempre norteou este Executivo foi não gastar mais do que aquilo que tínhamos.

Poderíamos dizer, é falta de ambição? Não. Nós reduzimos o endividamento e quando chegarmos a setembro temos de o comparar com o endividamento do outro Executivo. O empréstimo de cinco milhões do outro Executivo e que está nos documentos do Ponto I, nós só devemos cerca de dois milhões e já amortizámos mais de três milhões e amortizámos dezoito empréstimos que nem eram do tempo do Executivo anterior eram dos outros Executivos anteriores todos.

Isto quer dizer que também foi sempre uma grande preocupação o equilíbrio financeiro e os meus Vereadores são testemunhas e a minha equipa, que tenho orgulho por todo o trabalho conjunto.

Muitas vezes eu dizia, não podemos fazer, porque para mim é importante passar na rua, como eu vejo aí algumas Câmaras, e não vou citá-las porque são meus colegas, e cada um faz as políticas de endividamento que quer, mas, para mim, é importante passar na rua e ouvir dizer que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital é boa pagadora.

Quero deixar aqui uma palavra de agradecimento a toda a minha estrutura da Contabilidade pelo trabalho eficiente que tem desenvolvido.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2020, que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2020, que foi aprovado por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte declaração de voto:

“Quero esclarecer o Deputado Rui Monteiro e dizer-lhe que nós não somos contra o rigor financeiro. Uma coisa é o rigor financeiro e ter as contas certas e também tem sido uma temática do PSD.

Outra coisa são opções políticas e, isso, sim, criticamos porque o dinheiro pode ir para um lado ou pode ir para outro. E é exatamente, isso, que nós criticamos.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dizer que a oposição teve uma atitude absolutamente coerente. Consideram que as contas estão bem.

O Deputado João Esteves, que é especialista, fez comentários apreciativos. O Deputado Rui Monteiro disse que ele sempre classificou de bom ou excelente mas, ele, em outras Assembleias, já fez críticas porque é uma pessoa que analisa com detalhe.

Verdadeiramente, hoje, o Deputado João Esteves, com o seu conhecimento, e tenho a certeza que ninguém analisou os documentos de prestação de contas como ele analisou, com o conhecimento, a capacidade e a experiência que ele tem.

É verdade que a oposição deu um sinal político construtivo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer o seguinte, antes de me ausentar: Desejo a todos um bom período de férias. Faremos a próxima Assembleia no início de setembro por causa do período de campanha eleitoral

Dizer ainda ao Deputado Nuno Rafael Costa o seguinte: O Deputado Nuno Rafael Costa falou num espaço *coworking* e eu até tinha aqui um bom convite para si. Se me quisesse acompanhar, a mim e ao Sr. Vice-Presidente, na quarta-feira, em Lisboa, vamos assinar uns protocolos com três Ministérios. Vão estar três Ministros nessa cerimónia dos espaços *coworking*. Terei todo a prazer, se me quiser acompanhar. Eu, depois, ligo-lhe para lhe dizer onde é. Vão estar três Ministros, o Ministro da Administração Interna, a Ministra da Coesão Territorial e o Ministro do Ensino Superior.

Mas, deixem-me dizer, também em Oliveira do Hospital está neste momento a ser distribuída uma rede de gás natural. Neste momento estão a fazer

as condutas, num investimento de perto de quatro milhões de euros, para levar o gás natural, tornando-o mais barato e tornando as empresas mais competitivas e, isso, também é trabalho que foi feito.

Como veem não deixamos cair as oportunidades e mostrámos, aqui, que Oliveira do Hospital está num crescimento. Vendo as receitas dos impostos vesse que Oliveira do Hospital está em crescimento e nós até baixámos as taxas dos impostos.

Nós não deixamos “passar o comboio e tentamos apanhá-lo” mas, nem sempre é fácil!

Como eu disse, na quarta-feira estarei em Lisboa a assinar uma série de protocolos e a lançar outras ideias de futuro para Oliveira do Hospital.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, da proposta de realização de despesa plurianual no âmbito do acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes, e da proposta de minuta de acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes e Financiamento do Serviço Intermunicipal e Inter-regional.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relembrar que o quadro legal transformou os Municípios em Autoridades dos Transportes e responsáveis pela implementação da rede pública de transportes. Por decisão do Município no conserto da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra houve uma delegação de competências na Comunidade Intermunicipal para a estruturação da rede de transportes pública que, aqui, inclui os transportes escolares, que essencialmente é o fulcro da despesa que está afeta a esta decisão.

Depois da Câmara Municipal deliberar, a proposta vai no sentido que esta Assembleia Municipal autorize a realização de despesa por um período de oito anos, de 2022 a 2029. A repartição destes encargos, por um período de oito anos, num total de quatrocentos e setenta mil, novecentos e oitenta e seis euros

e quatro cêntimos. Esta despesa está afeta à rede pública de transportes, essencialmente aos transportes escolares.

Este é um tema que a minha colega Graça Silva tem conduzido com muito zelo.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Só pedi a palavra para pedir aqui um esclarecimento ao Executivo e que tem a ver com o seguinte: Gostaria de perceber até que ponto esta verba para os transportes escolares também visa colmatar aquela falha que actualmente ainda penso que existe, pelo menos existia há pouco tempo, e que é a questão dos alunos que queiram voltar para casa, em virtude de já não terem aulas da parte da tarde, terem de esperar pelo fim do dia para ter um transporte escolar.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Vinha só pedir dois esclarecimentos: É sobre o quadro que refere os encargos com compensação por obrigações de serviços públicos a suportar pelo Município de Oliveira do Hospital.

No ano de 2022 aparece o valor de trinta e três mil euros. Depois, nos anos de 2023 a 2028 aparece o valor de sessenta e sete mil euros. Depois, no último ano aparece trinta e três mil euros, novamente.

Logo no início fala de um período de execução do contrato de cinco anos, com possibilidade de prorrogação por mais dois anos, o que dá um total de sete anos.

O Sr. Vice-Presidente, Dr. José Francisco Tavares Rolo, falou em oito anos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“O quadro aprovado resulta da proposta assertada com a CIM. Nós reproduzimos e aprovámos a proposta e agora pedimos autorização para a realização da despesa e para a derrogação da despesa ao longo destes oito anos.

Nós não inventámos estes números. Estes números resultam de um Concurso Público.

Pode haver é a necessidade de correcção do texto.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Há necessidade de analisar porque não há compatibilidade mas pode ter a ver com meios anos porque também está meio montante nos anos de 2022 e 2029.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“De facto são meios anos que estão aí patentes. Os valores são diferentes precisamente porque são meses diferentes e está associado ao arranque de cada ano lectivo.

Este procedimento concursal que a CIM e as Câmaras Municipais dos dezanove Municípios estão a fazer é de facto um trabalho de grande mérito por parte da CIM, que aproveito para realçar, porque já há vários anos que a equipa técnica da CIM está a tratar deste sector dos transportes.

Respondendo também ao Deputado Rafael Costa, dizer que a CIM procura também agilizar paulatinamente a articulação entre os Municípios. Daí haver esta necessidade de compensação destes valores à CIM, para que também se faça uma melhoria no circuito dos transportes.

É um esforço que temos vindo a fazer ao longo dos anos. Obviamente que também estamos comprometidos e sempre agarrados àquilo que são os horários de cada turma e, obviamente, não conseguimos ter transportes personalizados de acordo com os horários de cada turma, tendo em conta que, apesar de tudo, há horários de transporte à hora do almoço. Nem sempre há é horários de transporte para todas as turmas porque saem em horas diferentes.

Ainda assim, somos sensíveis a essa questão e fomos procurando transmitir essas lacunas à CIM, para que eles, também, nos possam ajudar a colmatar essas dificuldades, que também as reconhecemos e, obviamente no âmbito da pandemia, seria muito mais favorável ter os alunos dentro das suas casas do que propriamente dentro da escola mas, como sabem, também é um esforço financeiro muito grande que todos nós aqui fazemos com dinheiros públicos, é mais de meio milhão de euros.

Este ano, particularmente, e o ano passado, face às contingências, este valor foi muito mais superior, ainda não temos apuradas as contas mas trarei na próxima reunião da Assembleia esses valores, tendo em conta, às regras da

pandemia, o que fez com que tivéssemos que duplicar o número de autocarros, a contratação.

Isso, tudo, são custos que nos levam a ter que também pensar a forma como melhor agilizar. Não é fácil face à dimensão geográfica e dispersa que temos no Concelho porque transportamos alunos gratuitamente, como todos sabem, desde o Chão Sobral até às Seixas.

Portanto não é fácil, é muito pesado, todos estes circuitos que são construídos são sempre ajustados ano letivo, após ano lectivo, de acordo com informações que nos são dadas por todas as escolas. É um trabalho muito complexo para a Equipa da Vereação na área do Pelouro da Educação e eu agradeço aos técnicos que me acompanham mas também é muito difícil para este território e para todos os territórios da CIM.

Essa questão e todas as outras questões que temos aqui, como as pessoas que são de longe e que têm dificuldade em se deslocar em determinados horários também eles foram contemplados e diagnosticados no âmbito deste projecto.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“A Sra. Vereadora Graça Silva já nos informou minimamente como vão ser feitos estes transportes.

Quero perguntar o seguinte: Há hora de almoço também teremos os mesmos transportes nas Freguesias como tínhamos anteriormente?”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, da proposta de realização de despesa plurianual no âmbito do acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes, e da proposta de minuta de acordo de financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação das Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes e Financiamento do Serviço Intermunicipal e Inter-regional, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de repartição de encargos plurianuais, no âmbito do Contrato de Aquisição de Serviços de Confeção, Fornecimento e Transporte de Refeições (almoços) para os diversos estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1.º CEB do Concelho de Oliveira do Hospital, durante o ano letivo de 2021-2022.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem, é competência da Assembleia Municipal a aprovação de despesa plurianual.

Este Ponto III diz respeito às refeições escolares dos vários estabelecimentos escolares e a repartição de encargos é pelo período de 2021-2022 e que perfaz o valor e cento e oitenta e oito mil, cento e cinco euros.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Vinha questionar o montante para 2021. Isto refere-se ao ano lectivo 2021-2022, que vai iniciar em setembro deste ano?”

Se é por ano civil ou por ano económico temos, então, no ano 2021 vamos pagar sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete euros porque estamos a meio do ano e, depois, no ano de 2022, de 1 de janeiro a 31 de dezembro vamos pagar cento e dezanove mil, seiscentos e vinte e oito euros.

A minha questão é basicamente esta, como este documento se refere ao ano lectivo 2021-2022. O ano lectivo começa em setembro de 2021 e acabará em junho ou julho de 2022.

Portanto a minha questão é esta: Nós temos que pagar sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete euros, entre setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 e vamos pagar, entre 1 de janeiro de 2022 e algo entre junho e julho de 2022, cento e dezanove mil, seiscentos e vinte e oito euros. Isto sim é o ano lectivo 2021-2022.

Ou seja, daqui a um ano estamos a aprovar o ano lectivo 2022-2023 que será a mesma coisa?

A minha questão fica no montante que há a mais. Nós temos quatro meses, setembro, outubro, novembro e dezembro e, depois, no ano 2022

basicamente temos sete meses. Ou seja, há uma grande disparidade ente os quatro meses e os seis ou sete meses que vamos ter.

Mas se estão as contas feitas assim, por mim tudo bem.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Naturalmente, precisamos de aprovar a verba relativa ao ano 2021 que inclui o ano lectivo 2021-2022. Esta verba tem que ser aprovada em sede de plano e orçamento para ser executada e para serem efectivamente pagas as despesas. E uma verba para o ano 2022 no valor de cento e dezanove mil, seiscentos e vinte e oito euros.

Estes encargos não são por ano lectivo são por ano económico.

O valor é claro. O valor de sessenta e oito mil, quatrocentos e setenta e sete euros afeta o ano de 2021, para executar no pagamento de despesa das refeições escolares no ano de 2021. Para o ano de 2022, programamos afetar como despesa, cento e dezanove mil, seiscentos e vinte e oito euros.

Para dissipar qualquer dúvida e para não estarmos aqui a fazer trapezismo de números o melhor mesmo é enviar ao Sr. Deputado o quadro financeiro associado à despesa.

Isto é claro e transparente, isto não é inventado, isto resulta de despesas e custos efectivos e que têm de ser autorizados.

A Sra. Vereadora Graça Silva quer aduzir mais alguma explicação?”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Isto é muito simples. Há um concurso, há uma previsão do número de alunos, há uma Rede Escolar e há um concurso que tem que se iniciar em maio para cada ano escolar.

Não sei se têm a noção que é necessário fazer uma planificação em abril-maio sobre a Rede Escolar. Fazer esta previsão para que, depois, se possam fazer os diferentes concursos, quer para os Transportes Escolares, quer para as Refeições Escolares.

Vou dar-vos um pequeno exemplo, porque é que isto tem que ser feito anual com despesa plurianual. É muito simples: Nenhum de vocês aqui na sala me sabe dizer qual é a escola que pode encerrar no ano lectivo 2023-2024. Sabem? Não sabem.

Portanto, nenhum de nós consegue prever a longo prazo para poder fazer contratos a longo prazo.

Isto é feito ano após, ano, com base no número de alunos que temos em cada um dos anos, e isto é feito pela DGEstE relativamente também às refeições e também lança o concurso neste período relativamente às refeições para o Segundo Ciclo, Terceiro Ciclo e ensino Secundário. O que estamos a fazer é aquilo que o País inteiro faz, e são estes meses no ano de 2021, porque é de acordo com o ano escolar. Se o ano escolar arranca em setembro e, depois, o ano civil termina em dezembro, só podemos contabilizar nas GOP aquilo que é referente a este ano escolar e, depois, relativamente a janeiro, até finais do ano letivo, só podemos facturar aquilo que diz respeito ao ano escolar.

Temos um protocolo com a DGEstE que obriga a que seja por ano escolar porque a facturação é feita por ano escolar.

Já agora, aproveito para dizer o seguinte: Quando os alunos estão em período de férias a Câmara Municipal suporta as refeições por inteiro, a DGEstE não suporta, e este valor não está incluído nas refeições.

Não é só este o valor que nós gastamos nas refeições. Gastamos mais de quatrocentos mil euros de refeições escolares. Não está contemplado neste concurso as refeições referentes a uma valência que nós consideramos muito importante e que é fornecer refeição a todas as crianças, para todo o Concelho, que estejam em período de férias e sem actividades escolares, ou seja, que estejam no período AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família, apenas com as auxiliares de Ação Educativa ou na CAF – Componente de Apoio à Família, e eles continuam a receber o mesmo tipo de apoio da parte da Câmara Municipal.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Obviamente que todos sabemos que um documento desta natureza tem por trás todo um procedimento. E, aqui, há duas alternativas: Ou estamos de acordo e nem fazemos quaisquer contas, ou fazemos contas e é desejável que assim seja, porque assim ficamos todos mais esclarecidos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da

Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua atual redação, da proposta de repartição de encargos plurianuais, no âmbito do Contrato de Aquisição de Serviços de Confeção, Fornecimento e Transporte de Refeições (almoços) para os diversos estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1.º CEB do Concelho de Oliveira do Hospital, durante o ano letivo de 2021-2022, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 254.816,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e dezasseis euros) para investimento às Freguesias do Município e do modelo de Protocolo de Execução, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta, que trazemos à Assembleia Municipal, resulta, daquilo que tem sido a prática do Executivo para criar meios financeiros e técnicos de apoio às Juntas de Freguesia.

Foi premissa deste Executivo investir na descentralização de meios e competências dando os necessários recursos às Juntas de Freguesia.

Nesse quadro de boa relação, tem sido prática, consensualizar formas de repartição da dotação afeta às Freguesias.

A proposta que trazemos, aqui, vai no sentido de ser aprovada a atribuição de duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e dezasseis euros, para investimentos em despesas de capital, com a distribuição por Freguesia que está no Anexo I dos documentos e com o respectivo protocolo de Execução de cada uma destas verbas com toda a transparência.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Gosto sempre de fazer uma pequena intervenção quando este Ponto vem, aqui, a discussão e aprovação.

Já fomos informados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, e isto diz-nos respeito directamente a nós, Presidentes de Junta, que, com algum atraso

por algum desacerto que possa ter havido internamente dentro da Câmara Municipal, ainda não terão sido transferidas as verbas correntes para as Freguesias mas, dentro de muito poucos dias isso irá ser feito e apraz-me saber isso.

Agora, vem aqui novamente outra parte e que é as transferências de capital para as Juntas de Freguesia.

Obviamente que, isto, desde o início, foi um compromisso do Presidente da Câmara Municipal e foi um compromisso também do Partido Socialista com o nosso Presidente da Câmara Municipal e com o nosso Executivo, e em boa hora isto passou a acontecer desta maneira.

Devo dizer-vos uma coisa, muito sinceramente, isto é um dinheiro, penso que para todos os Presidentes de Junta, bem-vindo. Bem-vindo porque todos nós sabemos as dificuldades que cada um tem no dia-a-dia e também em alguns pequenos compromissos que temos perante as populações e, como gostamos de cumprir os nosso compromissos, este dinheiro é fundamental para que isso possa acontecer.

Quero dizer-vos, por exemplo, que desde o início que entrei para Presidente de Junta e quando começámos a receber estas verbas, todos os anos fiz obra. Agarrei neste dinheiro e, todos os anos, fiz obra e, fiz mais obra do que aquele dinheiro, e que, no fundo, é este que está a ser discutido e que é o dinheiro para as despesas de capital.

Fiz sempre obra de mais valor do que o dinheiro que recebo para investimentos. Obviamente que isto tem um segredo, nós temos que ter nas Freguesias, tal como a Câmara Municipal também tem, uma gestão rigorosa. Tendo uma gestão rigorosa, e nós sabemos fazê-la, vou sempre buscar receita de dinheiros que vêm em receitas correntes, tal como a Câmara também o fez e ainda há pouco foi dito, e eu faço e sempre fiz isso. Todos os anos faço obra na minha Freguesia até porque é uma obrigação que eu tenho, como todos têm, tenho que justificar perante a Câmara Municipal através dos investimentos, através da faturação, através dos pagamentos, quais foram as obras onde investi esse dinheiro. Eu sei que o tenho de fazer desde o início e tenho-o feito.

Caro Sr. Vice-Presidente, em boa hora esta resolução foi tomada e nós estamos a chegar ao final do mandato de um Executivo e, isto, é também uma mudança de ciclo político.

O nosso Presidente da Câmara Municipal, daqui a pouco tempo, já não vai ser Presidente da Câmara Municipal e virá outro.

Tenho uma grande convicção, devo-vos dizer, que o próximo Presidente da Câmara Municipal será o atual Vice-Presidente, José Francisco Rolo. Tenho uma grande convicção disso e não digo certeza porque ninguém tem certezas.

Tenho também uma grande convicção que se for ele o Presidente da Câmara Municipal, como eu espero, obviamente esta política relativamente às Freguesias, tenho a certeza, que irá ser mantida e muito possivelmente irá ser reforçada esta verba, assim haja condições. Mas sei que essa vontade existe.

Isto para dizer que os futuros Presidentes de Junta irão com certeza contar no futuro com estas verbas.

Quero agradecer ao Executivo por continuar a cumprir este compromisso e espero bem que não venha ninguém para dentro da Câmara Municipal que venha por ventura por em causa estas transferências às Freguesias.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Queria já deixar o meu amigo Carlos Maia descansado porque, certamente, se for o PSD em coligação com o CDS a ganhar a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, como esperamos, também fazemos tenções de aumentar a dotação orçamental para distribuir pelas Juntas de Freguesia.

Por isso, pode ficar descansado, temos já aqui um compromisso de ambas as partes que, assim, seja. Podemos todos ficar descansados.

Quero pedir desculpa à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, porque se há pouco foi menos correto, naquela questão relativamente à intervenção do Tiago, já falámos lá fora e já esclarecemos e cá estaremos para um convívio salutar e democrático.

Sobre esta questão em concreto deixo aqui um desafio para que esta dotação orçamental seja ainda corrigida para que, pelo menos, seja incrementado os valores de actualização porque quando este cálculo foi feito as Juntas não pagavam a água e certamente isso são contas adicionais que não existiam há data em que foi feito este regimento e esse valor deve ser incrementado.

Dizer também que o PSD está 100 % a favor da descentralização e responsabilização das Freguesias porque só assim é que podemos crescer em cada Freguesia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui reforçar aquilo que o colega Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Carlos Maia, já disse. Isto são dinheiros que são importantes para as Freguesias. Isto permite-nos realizar pequenas obras que sem este dinheiro quase que era impossível.

Há pouco falei no Polidesportivo e a Câmara Municipal vai dar um subsídio de sessenta mil euros mas, o Polidesportivo foi adjudicado por uma verba superior e, por isso, estou a contar com algum deste dinheiro para acabar a obra do Polidesportivo como também outras.

Também o colega Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Nuno Filipe Oliveira, há pouco falou no dinheiro que as Juntas de Freguesia gastam, por exemplo, nas limpezas.

Este ano tem sido um ano atípico. A Junta de Freguesia de Meruge gastou mais de dez mil euros para proceder a limpezas. É muito dinheiro que se gasta só para manter as limpezas e, mesmo assim, somos sempre alvo de críticas porque nunca está do agrado para todos.

Fazemos o que podemos e não fazemos como queríamos mas o dinheiro também não chega e temos que ir gerindo e condutando as coisas

Para mim esta foi a melhor política que este Executivo fez, desde que foi eleito, para não termos que andar a mendigar a toda a hora ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, permite-nos dar alguma folga e também para nós dentro das Freguesias gerirmos da melhor forma e como bem entendermos. Aliás, defendendo, sempre, que devemos prestar contas, como é natural.

Portanto, este dinheiro é sempre bem-vindo.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que é bom é relembrar que houve um tempo em que não havia este modelo de repartição de um bolo financeiro que começou por ser de seiscentos mil euros, passou para setecentos mil euros, e este ano atingiu um volume record de um milhão e oitenta mil euros.

Hoje, não vou fazer ironia com isso, vejo que há uma espécie de acordo de regime para aumentar o valor do bolo a afetar à descentralização de competências. Sou do tempo em que não havia esta unanimidade.

Naturalmente, para quem começo com seiscentos mil euros a distribuir pelas Juntas de Freguesia e fez crescer esse valor até um milhão e oitenta mil euros, e este é um valor já mais atingido, é um volume record.

Portanto, assiná-lo a evolução do pensamento político da nossa oposição e nem sempre foi assim.

Ainda sou do tempo em que as Freguesias eram tratadas como um parente pobre com direito a uma fatia mais reduzida do Orçamento Municipal, felizmente que ela cresceu até este valor e ainda bem que todos estamos sintonizados que é importante reforçar meios para as Juntas de Freguesia, descentralizar as competências, relembra aquilo que a maior partes dos Srs. Deputados e Presidentes de Junta sabem, vai haver um novo pacote de descentralização de competências e as Juntas de Freguesia vão ver reforçadas as suas competências e vão ver reforçados os meios financeiros. Parte desses meios financeiros, conforme o Sr. Presidente da Câmara Municipal já explicou, vão ser retirados do Orçamento Municipal. Ou seja, as Juntas de Freguesia vão receber verbas diretamente do Orçamento de Estado e os Municípios deixam de ser o canal de redistribuição desse dinheiro.

Saúdo este pensamento comum, esta revolução no pensamento do PSD, no sentido de reforçar os meios para as Freguesias.

Felizmente que há doze anos fizemos essa opção clara que chegou ao ponto de hoje termos um milhão e oitenta mil euros afetos para fazer investimento nas Freguesias. Isso foi um salto brutal na qualidade da democracia e na qualidade de intervenção nas Freguesias e no bem-estar gerado em cada uma das localidades.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 254.816,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e dezasseis euros) para investimento às Freguesias do Município e do modelo de Protocolo de Execução, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Chegámos ao fim da nossa Ordem do Dia.

Vamos votar a presente Ata em minuta.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“A próxima Sessão da Assembleia Municipal ainda não sabemos a data e é a última.

Ainda não sabemos bem quando é que serão as eleições autárquicas, penso que ainda não estão marcadas, falam que é no final de setembro.

Vamos aguardar e, depois, marcaremos a data da Sessão da Assembleia Municipal do mês de setembro.

Quero dizer-vos ainda o seguinte: Sou uma pessoa que gosta de consensualizar, não gosto nada de não dar oportunidade às pessoas de falar mas, como podem entender, há regras, e é minha obrigação procurar criar, aqui, um equilíbrio que flexibilizo sempre que posso, nomeadamente em termos até de procedimentos administrativos. Às vezes, criam-se situações em que não posso mesmo deixar as pessoas falar porque se não é aqui uma confusão.

Também quero dizer o seguinte: Considero que o PSD, naturalmente, é o partido da oposição com mais expressão em Oliveira do Hospital. Durante muitos anos foi poder e, depois, é que passou para a oposição.

Acho que tem de haver debate, já disse isto várias vezes.

Este Executivo tem mérito, tem respondido no essencial, nunca se responde completamente, mas tem respondido no essencial às expectativas também da globalidade dos Municípios. Há quem não goste, isto é como em tudo na vida, mas como disse há pouco, a aprovação destas Contas e, anteriormente, de outras, tem sido um sinal de maturidade porque, na verdade, isto também tem uma leitura para o exterior porque tudo fica registado em ata para memória futura.

Portanto, isto tem um sinal e o PSD foi parte da construção do Concelho ao aprovar. O haver debate, o haver críticas que são saudáveis. Mas, na hora, não aproveitam o momento da importância da aprovação das contas para fazer pequena política e eu saúdo e dou os parabéns ao PSD por isso.

Quero desejar-vos um bom verão e que passemos por isto tudo sem apanharmos aquela doença má, nós e os nossos familiares e os nossos amigos.

Agradeço à imprensa que cobre sempre muito bem os nossos eventos e agradeço, em nome da Mesa da Assembleia Municipal, à Fundação Casa da

Obra Dona Josefina da Fonseca por nos ter disponibilizado estas belíssimas instalações para podermos realizar a nossa reunião.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezanove horas e cinquenta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

\_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário)

\_\_\_\_\_

(Segundo Secretário)

\_\_\_\_\_